europ assistance
you live we care

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2017

www.europ-assistance.pt

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exªs o Relatório de Gestão e as Contas Consolidadas da Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., respeitantes ao exercício de 2017.

A Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., desde a sua constituição em 1993, tem apresentado uma contínua trajetória ascendente. Ao longo do exercício de 2017 manteve a tendência dos anos anteriores, crescendo de forma sustentada.

Paralelamente à sua expansão no mercado interno, iniciou em 1997 o seu projeto de internacionalização com a abertura de uma empresa no Brasil, projeto esse posteriormente alargado ao mercado argentino e chileno.

Apresentamos de seguida os principais indicadores relativos às empresas integrantes das contas consolidadas do presente exercício.

1- EUROP ASSISTANCE – COMPANHIA PORTUGUESA DE SEGUROS, S.A.

(valores expressos em milhares de euros)

	2017	2016
Ativo	48.865	47.052
Capital Próprio	17.498	18.246
Passivo	31.367	28.806
Prémios brutos emitidos	48.376	44.878
Resultado líquido do exercício	4.265	5.626

Nota: dados retirados das contas individuais

A atividade da **Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.** em 2017 caracterizou-se por uma grande dinâmica comercial, permitindo-lhe manter a liderança do mercado de assistência em Portugal, a par de um enorme esforço de eficiência interna procurando, através de diversas iniciativas de transformação de processos, optimizar a sua estrutura e atingir uma qualidade de serviço de excelência. As operações internacionais cresceram novamente a bom ritmo e com melhoria dos níveis de rentabilidade.

Os prémios brutos emitidos atingiram os 48,4 milhões de euros, o que representa um crescimento de 7,8 por cento relativamente ao registado no exercício anterior, e os prémios adquiridos líquidos de resseguro atingiram os 46,8 milhões de euros, reflectindo um acréscimo de 3,4 por cento relativamente ao ano transacto.

Alicerçada na experiência internacional do Grupo Europ Assistance, desenvolvida ao longo de 55 anos em mais de 200 países, num maior investimento em I&D e na partilha de melhores práticas com outras empresas do grupo, a Europ Assistance Portugal melhora continuamente a sua capacidade de resposta às necessidades dos seus Clientes.

Com o foco na inovação tecnológica, a Europ Assistance coloca-se na vanguarda da assistência em Portugal, disponibilizando aos seus Clientes as mais recentes ferramentas digitais que facilitam e simplificam a prestação de serviços de assistência.

Os custos com sinistros líquidos de resseguro atingiram 37,8 milhões de euros. No exercício de 2017 observou-se um acréscimo do rácio de sinistralidade que, de 78,7 por cento em 2016, passou para 80,8 por cento em 2017. Foram abertos cerca de 1,2 milhões de processos de assistência, dos quais perto de 420 mil com custo externo associado. A nossa central de atendimento telefónico recebeu cerca de 2,3 milhões de chamadas.

A política de investimentos adotada pela Europ Assistance em 2017 seguiu as regras de prudência estabelecidas pelos seus acionistas, que privilegiam uma cuidada avaliação do risco associado aos ativos. A carteira reparte-se por cerca de 50 por cento de obrigações de taxa fixa, das quais cerca de 21 por cento relativas a títulos de dívida pública e equiparados, com predominância de títulos de dívida alemã, e cerca de 42 por cento de obrigações de taxa variável. Ao longo de 2017 manteve-se uma exposição a ações, através de unidades de participação em fundos, na ordem dos 8 por cento. A carteira de investimentos apresenta uma notação média de rating "A" e uma exposição cambial a moedas distintas do euro, maioritariamente em dólares americanos, de perto de 8 por cento.

Os investimentos financeiros encontram-se classificados da seguinte forma:

	2017	2016
Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos	3.650.250	3.650.250
Ativos disponíveis para venda	35.042.865	32.993.081
Empréstimos e contas a receber	1.791.912	1.742.291
	40.485.027	38.385.622

Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos referem-se a partes de capital em empresas filiais, concretamente, na Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A. e na Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda., sociedade que detém as participações em entidades do Brasil, Argentina e Chile.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda detalham-se conforme segue:

	2017	2016
Ações		
. Cotadas	-	-
Obrigações		
. Cotadas	31.713.296	27.882.036
. Não cotadas	583.997	1.468.813
Unidades de participação		
. Cotadas	2.126.411	2.512.447
. Não cotadas	619.162	1.129.785
	35.042.865	32.993.081

O quadro de colaboradores foi gradualmente adaptado à evolução do nível de actividade da empresa. Registou-se um crescimento de 5,7 por cento no número médio de trabalhadores (329 trabalhadores em 2017 e 311 trabalhadores em 2016), no entanto registou-se um crescimento de 2,5 por cento quando comparado o quadro de trabalhadores no final do exercício (333 em 2017 e 325 em 2016).

O exercício encerrou com um resultado líquido de 4.265 milhares de euros.

2- As contas consolidadas, seguindo o método da consolidação integral, integram as seguintes empresas:

Empresas do grupo	Participação (em %)
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	99,98%
Ponte Alta - SGPS Unipessoal , Lda.	100,00%
Europ Assistance Macau, LDA	70,00%
Europ Assistance Argentina, S.A.	56,09%

2.1 - EUROP ASSISTANCE – SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA PERSONALIZADOS, S.A.

(valores expressos em milhares de euros)

	2017	2016
Ativo	5.348	4.219
Capital Próprio	1.620	1.267
Passivo	3.729	2.952
Vendas e serviços prestados	5.218	4.741
Resultado líquido do exercício	1.213	861

Nota: dados retirados das contas individuais

A **Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A.** alcançou em 2017 um volume de negócios superior a 5,2 milhões de euros, refletindo um crescimento de 10 por cento relativamente ao exercício anterior. Este crescimento resultou fundamentalmente do volume das prestações de serviços de gestão de garantia e extensão de garantia automóvel.

A atividade da **Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A.** tem vindo a diversificar-se, mas tendo sempre como base a prestação de serviços de *call center* e de assistência (principalmente assistência automóvel), a gestão de contratos de extensão de garantia automóvel e uma crescente aposta nos serviços de gestão de sinistros. Os principais clientes são as gestoras de frotas automóvel, as empresas de rent-a-car, as marcas automóvel, os grupos de retalho automóvel, as companhias de seguros e empresas de utilities.

A estrutura da empresa tem-se revelado adequada à sua atividade, sofrendo ajustes pontuais em função da variação da sua atividade, adotando-se uma política que se rege simultaneamente por uma

preocupação com a flexibilidade e racionalização dos recursos alocados e por assegurar que a qualidade dos serviços prestados alcança o nível de excelência que nos caracteriza e que o mercado nos reconhece.

O exercício de 2017 da **Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A.** encerrou com um resultado líquido de 1.213,1 mil euros.

2.2 - PONTE ALTA, SGPS, UNIPESSOAL, S.A.

(valores expressos em milhares de euros)

	2017	2016
Ativo	24.050	23.835
Capital Próprio	24.031	23.820
Passivo	19	15
Vendas e serviços prestados	-	-
Resultado líquido do exercício	4.772	1.990

Nota: dados retirados das contas individuais

Em 2017 a **Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda.** (adiante designada Ponte Alta, ou Sociedade) encerrou o exercício com um resultado líquido de aproximadamente 4,8 milhões de euros, resultante, na quase totalidade, da aplicação do método de equivalência patrimonial nas empresas participadas, no montante de 4,8 milhões de euros (2016: 2 milhões de euros).

Os investimentos financeiros em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos referem-se a participações em entidades do Brasil (50,00%), Macau (70,00%), Argentina (56,09%) e Chile (25,50%).

2.3 - EUROP ASSISTANCE MACAU, LDA.

(valores expressos em milhares de euros)

	2017	2016
Ativo	53	61
Capital Próprio	53	60
Passivo	0	1
Resultado líquido do exercício	-	-

Nota: dados retirados das contas individuais

A constituição da empresa em abril 1998 teve como objetivo principal a presença num novo mercado que se perspetiva com um enorme potencial a médio e longo prazo. Até à presente data não foi desenvolvida qualquer atividade.

2.4 - EUROP ASSISTANCE ARGENTINA, S.A.

(valores expressos em milhares de euros)

	2017	2016
Ativo	9.148	7.273
Capital Próprio	1.323	566
Passivo	7.825	6.707
Prémios brutos emitidos e serviços prestados	21.617	16.950
Resultado líquido do exercício	1.083	144

Nota: dados retirados das contas individuais

A empresa encontra-se sediada em Buenos Aires e atua no mercado argentino de assistência e em outros mercados da América Latina e Central, como é o caso da Venezuela.

A empresa Argentina também apresentou um crescimento assinalável, alcançando um volume de negócios de 409 milhões de pesos argentinos (21,6 milhões de euros), 48 por cento acima do registado no ano anterior (em moeda local), e obteve um resultado líquido de 20,4 milhões de pesos argentinos (1 milhão de euros).

No exercício de 2017 o total de ativos e passivos aumentou cerca de 71% e 59%, respetivamente, em relação ao ano anterior. A filial da Argentina apresenta uma carteira de clientes diversificada e atua através de diferentes canais de venda.

A empresa Argentina reforçou a sua quota de mercado, captando novos clientes que abrem excelentes perspetivas futuras de negócio apesar do ambiente de dificuldades económico-financeiras provocadas pelas elevadas taxas de inflação registadas.

3 - As contas consolidadas, seguindo o método de equivalência patrimonial, integram as seguintes empresas:

Empresas do grupo	Participação (em %)
EABS - Serviços de Assistência e Participações, S.A.	50,00%
Europ Assistance, S.A. Y Filial (Chile)	25,50%

3.1 - EABS – SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E PARTICIPAÇÕES, S.A.

(valores expressos em milhares de euros)

	2017	2016
Ativo	42.481	45.474
Capital Próprio	42.475	45.471
Passivo	5	3
Resultado líquido do exercício	8.116	3.564

Nota: dados retirados das contas individuais

A Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência, S.A. empresa Brasileira detida em 100% pela EABS – Serviços de Assistência e Participações, S.A. apresentou uma excelente performance, prosseguindo a sua trajetória de crescimento e encerrou o ano com um volume de negócios de cerca de 508 milhões de reais (141 milhões de euros), e um resultado líquido de 29,3 milhões de reais (8,1 milhões de euros).

A CEABS Serviços, S.A., empresa detida em 100 por cento pela Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência, S.A., no seu quarto ano completo de atividade, registou um volume de negócios de cerca de 119,2 milhões de reais (33,06 milhões de euros), evidenciando um Ativo de 92,72 milhões de reais (23,34 milhões de euros) e um Capital Próprio de 57,68 milhões de euros (14,52 milhões de euros), o qual inclui um Resultado Líquido do Exercício positivo de 13,40 milhões de reais (3.72 milhões de euros).

3.2 - EUROP ASSISTANCE, S.A. Y FILIAL (CHILE)

(valores expressos em milhares de euros)

	2017	2016
Ativo	6.051	5.288
Capital Próprio	2.298	1.799
Passivo	3.753	3.488
Prestações de serviços	10.602	8.906
Resultado líquido do exercício	581	552

Nota: dados retirados das contas individuais

A empresa encontra-se sediada em Santiago do Chile e atua no mercado chileno de assistência.

A Europ Assistance Holding (França) detém igualmente uma participação direta de 25,50% no capital da sociedade chilena.

No exercício de 2017, a Europ Assistance, S.A. Y Filial (Chile) obteve resultados líquidos do exercício positivos de 426 milhões de pesos chilenos (cerca de 581 milhares de euros), o que representa um crescimento de 4% do resultado líquido do exercício (em moeda local) e alcançou um volume de negócios superior a 7.773 milhões de pesos chilenos (cerca de 10,6 milhões de euros).

4 PERSPETIVAS PARA 2018

A economia global atravessa um momento de recuperação cíclica que se deverá prolongar nos próximos anos. Na área do euro, esta recuperação é sincronizada entre os diversos países membros, com os níveis de dispersão de crescimento e inflação a atingir níveis mínimos. A economia portuguesa deverá continuar a ser favorecida por esta dinâmica, através de um comportamento forte das exportações, em particular de turismo. A economia tem beneficiado também de condições monetárias e financeiras particularmente favoráveis, situação que se deverá manter, o que aumenta os incentivos ao investimento e ao consumo privado. O consumo privado tem beneficiado também da recuperação do mercado de trabalho, com um crescimento do emprego superior ao da actividade. Em resultado desta evolução, o crescimento do PIB em 2018 deverá situar-se em 2,3 por cento. Em linha com o da área do euro. Este crescimento será consistente com a manutenção de alguns equilíbrios macroeconómicos fundamentais, nomeadamente no que se refere ao excedente na balança corrente e de capital.

O Conselho de Administração da Europ Assistance está confiante que no próximo ano a empresa irá manter a liderança do mercado de assistência em Portugal e continuará a alcançar níveis de rentabilidade que permitam uma remuneração adequada aos acionistas. O ano de 2018 será um marco na longa e sólida história da Europ Assistance, ano em que celebra 25 anos de presença em Portugal. Focada no futuro, a Europ Assistance vai continuar a apostar numa forte componente tecnológica e digital sem nunca perder de vista a sua história, da qual fazem parte, naturalmente, os seus clientes. Na área internacional, prevê-se que 2018 seja mais um ano de consolidação da atividade e melhoria da rentabilidade.

O Conselho de Administração declara que a sociedade não tem dívidas vencidas perante a Segurança Social.

Lisboa, 30 de abril de 2018

O Conselho de Administração:

Juan Carlos Guzman Acha

Antoine Dominique Parisi

Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães

Roberto Mario Ravagnani

Pedro Luis Francisco Carvalho

RELATÓRIO SOBRE A ESTRUTURA E AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

A estrutura orgânica de administração e fiscalização adotada pela Europ Assistance baseia-se no Modelo Latino Reforçado, compreendendo o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração é composto atualmente por 5 membros, dos quais 1 é Administrador Executivo, e nenhum é Administrador Independente, sendo eleitos por períodos de 4 anos.

Tendo em consideração o disposto no artigo 258.º, n.º 4, do Regulamento Delegado (UE) 2015/35 da Comissão, a Companhia deve garantir que pelo menos duas pessoas dirigem efetivamente a empresa ("*princípio dos quatro olhos*"). Significa isto que nenhuma decisão importante para a atividade da Companhia deve ser implementada sem a intervenção de pelo menos duas pessoas que dirijam efetivamente a empresa.

Neste contexto, a Administração Executiva concretiza-se nas figuras do Administrador Executivo e de um Diretor de Topo e pessoa que dirige efetivamente a Companhia, empossado como codecisor do Administrador Executivo na gestão corrente da Companhia. A Administração da Companhia é por sua vez apoiada por 5 Direções, respetivamente lideradas por um Diretor de Topo, com poderes de representação e vinculação da Companhia dentro dos limites dos instrumentos de representação que lhes foram outorgados.

A fiscalização interna da sociedade encontra-se a cargo do Conselho Fiscal, que é composto por 3 membros efetivos e um suplente, todos independentes, e a fiscalização externa é exercida por uma sociedade de Revisores Oficial de Contas, e um suplente, também independentes, sendo todos eleitos por períodos de 4 anos.

A Assembleia Geral de Acionistas reúne, pelo menos, uma vez por ano, sendo a mesa composta por um Presidente, Vice-Presidente e um Secretário.

Lisboa, 30 de abril de 2018

O Conselho de Administração:

Juan Carlos Guzman Acha

Antoine Dominique Parisi

Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães

Roberto Mario Ravagnani

Pedro Luis Francisco Carvalho

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	ATIVO	2017			2016
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
18	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8.060.455	-	8.060.455	5.819.215
19	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	21.823.716	-	21.823.716	23.194.382
20	Ativos financeiros detidos para negociação	2.338.844	-	2.338.844	2.180.260
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
21	Ativos disponíveis para venda	35.042.865	-	35.042.865	32.993.081
22	**Empréstimos e contas a receber**	**1.791.912**	**-**	**1.791.912**	**1.742.291**
	Depósitos junto de empresas cedentes	1.791.912	-	1.791.912	1.742.291
	Outros depósitos	-	-	-	-
	Empréstimos concedidos	-	-	-	-
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
	Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	Terrenos e edíficios	**-**	**-**	**-**	**-**
	Terrenos e edíficios de uso próprio	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-	-
23	Outros ativos tangíveis	5.631.152	(4.809.740)	821.412	825.141
	Inventários	-	-	-	-
	Goodwill	-	-	-	-
24	Outros ativos intangíveis	1.182.869	(1.113.924)	68.945	64.958
25	**Provisões técnicas de resseguro cedido**	**-**	**-**	**-**	**996**
	Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-
	Provisão para sinistros	-	-	-	996
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
16 e 26	**Outros devedores por operações de seguros e outras operações**	**11.347.704**	**(211.661)**	**11.136.043**	**8.940.648**
	Contas a receber por operações de seguro direto	4.116.593	(131.323)	3.985.270	3.590.708
	Contas a receber por outras operações de resseguro	4.516.128	-	4.516.128	2.904.833
	Contas a receber por outras operações	2.714.983	(80.338)	2.634.646	2.445.107
27	**Ativos por impostos**	**583.640**	**-**	**583.640**	**683.540**
	Ativos por impostos correntes	2.277	-	2.277	2.624
	Ativos por impostos diferidos	581.363	-	581.363	680.915
28	Acréscimos e diferimentos	683.199	-	683.199	589.480
	Outros elementos do ativo	-	-	-	-
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	TOTAL ATIVO	**88.486.357**	**(6.135.325)**	**82.351.032**	**77.033.992**

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	2017	2016
	PASSIVO		
8 e 25	**Provisões técnicas**	**30.701.033**	**27.776.379**
	Provisão para prémios não adquiridos	20.416.619	18.405.051
	Provisão matemática do ramo vida	-	-
	Provisão para sinistros	**10.025.611**	**9.112.084**
	De vida	-	-
	De acidentes de trabalho	-	-
	De outros ramos	10.025.611	9.112.084
	Provisão para participação nos resultados	258.803	259.244
	Provisão para compromissos de taxa	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	-	-
	Provisão para riscos em curso	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-
	Outros passivos financeiros	**-**	**-**
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	-	-
	Depósitos recebidos de resseguradores	-	-
	Outros	-	-
30	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	88.269	56.886
31	**Outros credores por operações de seguros e outras operações**	**4.159.237**	**3.016.984**
	Contas a pagar por operações de seguro direto	129.580	119.248
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	30.236	963
	Contas a pagar por outras operações	3.999.421	2.896.774
27	**Passivos por impostos**	**1.908.666**	**1.935.730**
	Passivos por impostos correntes	1.674.029	1.572.167
	Passivos por impostos diferidos	234.636	363.563
28	Acréscimos e diferimentos	4.725.971	4.126.301
32	Outras provisões	148.410	184.102
	Outros elementos do passivo	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	TOTAL PASSIVO	**41.731.585**	**37.096.381**
	CAPITAL PRÓPRIO		
33	Capital	7.500.000	7.500.000
	(Ações Próprias)	-	-
	Outros instrumentos de capital	3.000.000	3.000.000
33	Reservas de reavaliação	**(6.533.995)**	**(2.481.309)**
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	920.143	1.327.898
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de ativos intangíveis	-	-
	Por revalorização de outros ativos tangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	(7.454.138)	(3.809.207)
33	Reserva por impostos diferidos	(234.636)	(338.614)
33	Outras reservas	3.015.112	2.452.391
10 e 33	Resultados transitados	25.071.422	24.106.776
	Resultado do exercício	9.014.590	6.581.270
	Dividendos antecipados	(810.000)	(1.150.000)
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	**40.022.492**	**39.670.514**
34	Interesses minoritários	596.954	267.096
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES MINORITÁRIOS	**40.619.446**	**39.937.610**
	TOTAL PASSIVO, INTERESSES MINORITÁRIOS E CAPITAL PRÓPRIO	**82.351.032**	**77.033.991**

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	Conta de Ganhos e Perdas	2017			2016
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	**67.742.169**	**-**	**67.742.169**	**61.239.004**
5 e 6	Prémios brutos emitidos	69.348.028	-	69.348.028	60.870.258
5 e 6	Prémios de resseguro cedido	(57.956)	-	(57.956)	(53.299)
6 e 25	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(1.547.903)	-	(1.547.903)	424.312
6 e 25	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	-	-	(2.266)
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	**(51.540.414)**	**-**	**(51.540.414)**	**(46.953.274)**
5 e 7	Montantes pagos	**(50.625.891)**	**-**	**(50.625.891)**	**(48.108.585)**
	Montantes brutos	(50.633.679)	-	(50.633.679)	(48.166.488)
	Parte dos resseguradores	7.789	-	7.789	57.903
5, 7 e 25	Provisão para sinistros (variação)	**(914.524)**	**-**	**(914.524)**	**1.155.311**
	Montante bruto	(913.528)	-	(913.528)	1.154.315
	Parte dos resseguradores	(996)	-	(996)	996
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	-	-	-
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	**-**	**-**	**-**	**-**
	Montante bruto	-	-	-	-
	Parte dos resseguradores	-	-	-	-
8 e 25	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(236.024)	-	(236.024)	(156.607)
5, 9 e 10	**Custos e gastos de exploração líquidos**	**(11.620.323)**	**-**	**(11.620.323)**	**(10.397.353)**
	Custos de aquisição	(6.680.651)	-	(6.680.651)	(6.095.785)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(463.665)	-	(463.665)	(64.942)
	Gastos administrativos	(4.476.007)	-	(4.476.007)	(4.236.626)
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	-	-	-	-
	Custos e gastos por natureza a imputar	(0)	-	(0)	0
5 e 11	**Rendimentos**	**273.262**	**44.320**	**317.582**	**391.964**
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	273.262	44.320	317.582	391.964
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
5 e 12	**Gastos financeiros**	**(107.571)**	**(257)**	**(107.828)**	**(135.434)**
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Outros	(107.571)	(257)	(107.828)	(135.434)
5 e 13	**Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas**	**716.489**	**-**	**716.489**	**666.884**
	De ativos disponíveis para venda	716.489	-	716.489	666.884
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado			-	-
	De outros	-	-	-	-
5 e 14	**Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas**	**-**	**(5.797)**	**(5.797)**	**41.832**
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	(5.797)	(5.797)	41.832
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-
15	Diferenças de câmbio	(138.968)	(272.324)	(411.292)	(144.113)
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	**-**	**-**	**-**	**-**
	De ativos disponíveis para venda	-	-	-	-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	298.405	-	298.405	297.816
16	Outras provisões (variação)	206.144	(73.530)	132.614	(118.993)
17	Outros rendimentos/gastos	-	2.013.882	2.013.882	2.082.589
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-
19	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	4.206.243	4.206.243	1.922.730
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	**5.593.168**	**5.912.538**	**11.505.706**	**8.737.046**
27	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	(1.728.093)	(355.556)	(2.083.649)	(1.880.273)
27	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	68.096	68.096	(211.987)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DE INTERESSES MINORITÁRIOS	**3.865.075**	**5.625.078**	**9.490.154**	**6.644.786**
34	Interesses minoritários	-	(475.564)	(475.564)	(63.516)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**3.865.075**	**5.149.514**	**9.014.590**	**6.581.270**

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADA

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada	Capital	Outros instrumentos de capital			Reservas de Reavaliação			Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	Subtotal	Interesses minoritários	TOTAL
			Instrumentos financeiros compostos	Prestações acessórias	Outros	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	De diferenças de câmbio		Reserva legal	Outras reservas					
	Posição financeira a 31 de Dezembro de 2016 (balanço de abertura)	**7.500.000**	-	**3.000.000**	-	-	**1.327.898**	**(3.809.208)**	**(338.614)**	**2.452.392**	-	**24.106.776**	**5.431.270**	**39.670.514**	**267.096**	**39.937.610**
	Correções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33	**Posição financeira de abertura alterada**	7.500.000	-	3.000.000	-	-	1.327.898	(3.809.208)	(338.614)	2.452.392	-	24.106.776	5.431.270	39.670.514	267.096	39.937.610
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados **(1)**	-	-	-	-	-	-	-	-	566.625	-	964.645	(1.531.270)			
33 e 34	**Resultado líquido do período (2)**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.014.590	9.014.590	475.564	9.490.154
	Outro rendimento integral do período, líquido de imposto (3)															
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(407.755)	-	103.978	-	-	-	-	(303.777)	-	(303.777)
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
19 e 33	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio	-	-	-	-	-	-	(3.644.931)	-	(3.904)	-	-	-	(3.648.835)	(145.705)	(3.794.540)
	Diferimento de ganhos e perdas atuariais (IAS 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total de rendimento integral do período, líquido de imposto (4) = (2)+ (3)	-	-	-	-	-	**(407.755)**	**(3.644.931)**	**103.978**	**(3.904)**	-	-	**9.014.590**	**5.061.977**	**329.859**	**5.391.836**
	Operações com detentores de capital (5)															
	Reembolso de prestações acessórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transacção de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.900.000)	(3.900.000)	-	(3.900.000)
	Distribuição antecipadas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(810.000)	(810.000)	-	(810.000)
	Total das variações do capital próprio (1) + (4) + (5)	-	-	-	-	-	**(407.755)**	**(3.644.931)**	**103.978**	**562.721**	-	**964.645**	**2.773.320**	**351.977**	**329.859**	**681.836**
	Posição financeira a 31 de Dezembro de 2017	**7.500.000**	-	**3.000.000**	-	-	**920.143**	**(7.454.139)**	**(234.636)**	**3.015.112**	-	**25.071.422**	**8.204.590**	**40.022.492**	**596.954**	**40.619.446**

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Contabilista Certificado

Administração

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADA

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada	Capital	Outros instrumentos de capital			Reservas de Reavaliação			Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	Subtotal	Interesses minoritários	TOTAL
			Instrumentos financeiros compostos	Prestações acessórias	Outros	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	De diferenças de câmbio		Reserva legal	Outras reservas					
	Posição financeira a 31 de Dezembro de 2015 (balanço de abertura)	**7.500.000**	**-**	**3.000.000**	**-**	**-**	**1.419.874**	**(8.271.108)**	**(362.068)**	**2.035.135**	**-**	**19.645.709**	**7.629.837**	**32.597.380**	**237.037**	**32.834.417**
	Correções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33	**Posição financeira de abertura alterada**	7.500.000	-	3.000.000	-	-	1.419.874	(8.271.108)	(362.068)	2.035.135	-	19.645.709	7.629.837	32.597.380	237.037	32.834.417
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados **(1)**	-	-	-	-	-	-	-	-	418.771	-	4.461.066	(4.879.837)	-	-	-
33 e 34	**Resultado líquido do período (2)**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.581.270	6.581.270	63.516	6.644.786
	Outro rendimento integral do período, líquido de imposto (3)															
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(91.976)	-	23.454	-	-	-	-	(68.522)	-	(68.522)
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
19 e 33	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio	-	-	-	-	-	-	4.461.900	-	(1.515)	-	-	-	4.460.385	(33.456)	4.426.929
	Diferimento de ganhos e perdas atuariais (IAS 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total de rendimento integral do período, líquido de imposto (4) = (2)+ (3)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(91.976)**	**4.461.900**	**23.454**	**(1.515)**	**-**	**-**	**6.581.270**	**10.973.133**	**30.060**	**11.003.193**
	Operações com detentores de capital (5)															
	Reembolso de prestações acessórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transacção de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.750.000)	(2.750.000)	-	(2.750.000)
	Distribuição antecipadas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.150.000)	(1.150.000)	-	(1.150.000)
	Total das variações do capital próprio (1) + (4) + (5)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(91.976)**	**4.461.900**	**23.454**	**417.256**	**-**	**4.461.066**	**(2.198.567)**	**7.073.133**	**30.060**	**7.103.193**
	Posição financeira a 31 de Dezembro de 2016	**7.500.000**	**-**	**3.000.000**	**-**	**-**	**1.327.898**	**(3.809.208)**	**(338.614)**	**2.452.392**	**-**	**24.106.776**	**5.431.270**	**39.670.514**	**267.096**	**39.937.610**

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Contabilista Certificado

Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em euros)

Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral consolidada	2017	2016
	Resultado líquido do exercício antes de interesses minoritários	**9.490.154**	**6.644.786**
	Outro rendimento integral do exercício		
21	Ativos financeiros disponíveis para venda	**(407.755)**	**(91.976)**
	Ganhos e perdas líquidos	(407.755)	(447.080)
	Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício		
	Imparidade	-	-
	Alienação	-	355.104
27	Impostos	103.978	23.454
33	Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais	(3.794.540)	4.426.929
	Benefícios pós-emprego	-	-
	TOTAL RENDIMENTO INTEGRAL LÍQUIDO DE IMPOSTOS	**5.391.836**	**11.003.193**
34	**Atribuível a interesses minoritário**	**329.859**	**30.060**
	Atribuível aos acionistas	**5.061.977**	**10.973.133**

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em Euros)

MÉTODO DIRETO	2017	2016
Atividade Operacional		
Prémios de seguro direto recebidos	24.977.565	17.870.175
Prémios de resseguro aceite recebidos	42.810.553	42.640.308
Prémios de resseguro cedido pagos	(45.359)	(53.056)
Participação nos resultados paga	(236.466)	(107.870)
Sinistros de seguro direto pagos	(40.732.312)	(39.071.337)
Sinistros de resseguro cedido recebidos	7.789	57.903
Pagamentos ao pessoal	(11.696.069)	(13.080.472)
Pagamentos a fornecedores	(10.960.358)	(8.480.791)
Outros fluxos de caixa operacionais	5.199.866	3.894.527
Dividendos recebidos	-	-
Juros recebidos	309.760	414.925
Ganhos / (Perdas) realizadas de investimentos	577.521	731.239
Aquisição de investimentos		
Titulos de rendimento variável	687.383	572.373
Titulos de rendimento fixo	(3.468.766)	1.070.543
Juros pagos	-	0
Impostos sobre o rendimento pagos	(1.857.844)	(1.504.326)
Fluxos das Atividades Operacionais	**5.573.263**	**4.954.141**
Atividades de Investimento		
Aquisição de subsidiárias/associadas/empreendimentos conjuntos	-	(500)
Dividendos recebidos de subsidiárias/associadas/empreendimentos conjuntos	2.115.994	-
Aquisiçao de ativos tangíveis e intangíveis	(146.610)	(194.996)
Alienação de ativos tangíveis e intangíveis	-	38.324
Empréstimos pagos por partes relacionadas	-	-
Fluxos das Atividades de Investimento	**1.969.385**	**(157.172)**
Atividades de Financiamento		
Reembolso de prestações suplementares	-	-
Pagamentos de empréstimos obtidos	-	-
Dividendos pagos a accionistas	(4.710.000)	(3.900.000)
Dividendos pagos a interesses minoritários	(344)	(615)
Fluxo das Atividades de Financiamento	**(4.710.344)**	**(3.900.615)**
Variação de caixa e equivalentes	**2.832.304**	**896.354**
Efeito das diferenças de câmbio	**(591.064)**	**(109.709)**
Caixa e equivalentes no início	**5.819.215**	**5.032.570**
Caixa e equivalentes no fim	**8.060.455**	**5.819.215**
Variação no exercício	**2.241.240**	**786.645**

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

3. NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1. INFORMAÇÃO GERAL

A Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. (adiante designada por Europ Assistance ou Companhia), foi constituída em 01 de julho de 1993 e dedica-se ao exercício da atividade de seguros para os ramos de ”Assistência“; ”Acidentes pessoais“, ”Responsabilidade Civil Geral”, ”Mercadorias transportadas“, ”Perdas pecuniárias diversas“ e ”Proteção Jurídica“, para os quais obteve as devidas autorizações por parte do Instituto de Seguros de Portugal.
Até 31 de dezembro de 2008 a Companhia apenas se dedicou à comercialização do ramo ”Assistência“, iniciando apenas em 2009 a comercialização dos restantes ramos já autorizados.

A Companhia tem a sua sede na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75-10º em Lisboa. As seguradoras são o principal canal de distribuição da Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2018.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pelo ASF e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de abril, com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R, de 31 de dezembro e da Norma Regulamentar nº 22/2010, de 16 de dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das empresas de seguros estabelecidos pelo ASF.

Este Plano de Contas, atualmente em vigor, introduziu os International Financial Accounting Standards (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto a IFRS 4 - Contratos de Seguro, relativamente à qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

A Companhia adotou na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e das Notas explicativas as IFRS de aplicação obrigatória que tiveram início a 1 de janeiro de 2017. Esta adoção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e das respetivas divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afetando a posição financeira consolidada da Companhia.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, ativos ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. As estimativas e pressupostos têm por base a informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. As alterações dos pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As

áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas na Nota 3.

ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2018 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na Nota 40. Estas Normas serão adotadas pela Companhia a partir da data do endosso pela UE.

Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras:

a) Reporte por segmentos

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operam em ambientes económicos diferentes.

Para efeito de relato por segmento geográfico a Companhia elegeu os seguintes segmentos:
• Portugal;
• Argentina.

b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no espaço económico em que opera – denominada moeda funcional. Nas contas consolidadas os resultados e posição financeira de cada entidade são expressos em euros, a moeda funcional da Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A..

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação (divulgadas pelo Banco de Portugal). Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos das entidades consolidadas pelo método de consolidação integral cujas demonstrações se encontrem expressas em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor na data de balanço, os capitais próprios são mantidos ao seu valor histórico e os resultados são convertidos ao câmbio médio do período.

Em cada data de balanço, o capital próprio das entidades consolidadas pelo método de equivalência patrimonial cujas demonstrações se encontrem expressas em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor na data de balanço, os resultados são convertidos ao câmbio médio do período.

c) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, as quais correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	5-8
Equipamento informático	3
Material de transporte	4
Instalações interiores	10
Outro equipamento	8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Outros ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos. Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais se espera que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as

despesas com empregados enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos e são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas.

e) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a capacidade de controlar a política operacional e financeira da entidade.

São classificadas como associadas todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a faculdade de exercer influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade.

São classificados como empreendimentos conjuntos (entidades conjuntamente controladas), todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a capacidade para controlar conjuntamente com outros empreendedores (acionistas) a política operacional e financeira do empreendimento.

Os investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respetivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efetiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das Sociedades.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efetuados ajustamentos aos capitais próprios das associadas ou empreendimentos conjuntos utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a refletir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O “goodwill”, correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e a percentagem efetiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes, permanece refletido no valor do investimento, sendo a totalidade do valor de balanço do investimento objeto de testes de imparidade numa base anual.

Os investimentos em filiais são contabilizados pelo método de consolidação integral.

f) Ativos financeiros

i) Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui (i) os ativos financeiros detidos para negociação, aqueles adquiridos ou incorridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, incluindo os produtos derivados que não sejam designados instrumentos de cobertura ou de gestão eficaz da carteira, e (ii) os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados;

- Ativos financeiros disponíveis para venda: são ativos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias;

- Ativos financeiros a deter até à maturidade: ativos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, com uma maturidade determinável ou fixa, relativamente aos quais a Companhia tenha intenção e capacidade de os deter até à maturidade;

- Empréstimos concedidos e contas a receber: inclui valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro aceite e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

ii) Reconhecimento inicial, mensuranção inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) investimentos a deter até à maturidade, são reconhecidos na data da negociação (”trade date“), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor acrescido dos custos de transação, com exceção dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na conta de ganhos e perdas.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registados na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (”*bid-price*“). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

iv) Transferências entre categorias

A revisão do IAS 39 - datada de outubro de 2008, veio permitir que as entidades transferissem os ativos financeiros de negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda ou para ativos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses mesmos ativos obedeçam às características de cada categoria.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de "Empréstimos concedidos e contas a receber" e "Ativos financeiros a deter até à maturidade" são também permitidas.

v) Imparidade

- Títulos de rendimento variável e de rendimento fixo

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada (de pelo menos 12 meses) ou uma desvalorização de 30% independentemente do período, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade em títulos de dívida classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual deduzida de qualquer perda de imparidade, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo amortizado se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a ações ou outros instrumentos de capital a perda por imparidade, anteriormente reconhecida, não é reversível.

Relativamente aos títulos de dívida, é considerada imparidade, quando há evidência de "default" do emitente ou mesmo no incumprimento na amortização do capital e/ou no pagamento de juros. As perdas por imparidade de títulos de dívida são reconhecidas diretamente em resultados do exercício.

- Outros ativos - ajustamento de recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa

Tem por objetivo reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculada sobre o valor total dos recibos emitidos e não cobrados em cada data de reporte, deduzidos dos correspondentes prémios de resseguro cedido, comissões, impostos e provisão para prémios não adquiridos associados, e tendo em conta um coeficiente médio de cobrabilidade determinado com base em dados históricos de anos anteriores, aplicando os critérios definidos pelo ASF, de base económica. Os recibos emitidos e não cobrados à data das demonstrações financeiras estão refletidos na rubrica "Recibos por cobrar".

Os ajustamentos de cobrança duvidosa destinam-se a fazer face aos riscos da cobrança de dívidas de terceiros, com exceção dos relativos a recibos de prémios por cobrar. Os ajustamentos estão associados a um risco de incobrabilidade (que se pode concretizar ou não), mas cuja probabilidade de ocorrência é significativa.

A Companhia realiza iniciativas para a regularização dos montantes em dívida, quer através da área de assistência jurídica quer recorrendo posteriormente à via judicial.

g) Outros ativos financeiros - instrumentos financeiros derivados (derivados embutidos)

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos no momento do seu reconhecimento inicial ao valor de aquisição. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos

financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

i) Capital social

As ações são classificadas como capital próprio quando não há obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no capital próprio como dedução dos proventos, líquidos de imposto.

j) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

k) Contratos de seguro

Os Contratos de seguro comercializados pela Companhia são contratos segundo o qual a Companhia a aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensar este no caso de um acontecimento futuro incerto especificado o afetar de forma adversa.

Os contratos de seguro (Seguro Direto e Resseguro Aceite) são reconhecidos e mensurados como segue:

- **Prémios**

Os prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro aceite são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

- **Custos de aquisição**

Os custos de aquisição são representados pela remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro, aos ressegurados pela cedência de prémios de resseguro aceite, e ainda, pelos gastos por natureza imputados à função (ver nota 9).

As comissões contratadas são registadas como gastos no momento da emissão dos respetivos prémios ou renovação das respetivas apólices.

- **Provisão para prémios não adquiridos**

Reflete a parte do prémio emitido antes do encerramento do exercício ainda não incorrida à data do balanço, com o objetivo de compensar os encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro. É determinada, para cada contrato em vigor, por aplicação do método "Pró-rata temporis" aos prémios brutos emitidos. Ao montante calculado são deduzidas as remunerações pela prestação de serviços de intermediação de seguros e outras despesas de aquisição diferidas. Em 31 de dezembro de 2017, as despesas de aquisição diferidas representavam cerca de 4% dos prémios não adquiridos (2016: 7%).

- **Provisão para sinistros**

Reflete a estimativa das responsabilidades da Companhia por sinistros pendentes de liquidação à data do balanço, bem como das responsabilidades globais relativas aos sinistros já ocorridos e não declarados (IBNR) até à data das demonstrações financeiras. Esta provisão incorpora também a estimativa de despesas a incorrer com regularização de sinistros.

Na sequência da Circular nº 28/2004, de 17 de novembro, do Instituto de Seguros de Portugal, a Companhia regista uma provisão para despesas de regularização de sinistros, determinada com base no rácio entre as despesas gerais incorridas pela Companhia e os custos com sinistros do exercício. Este rácio é analisado perante a estimativa de alterações na estrutura de despesas existentes e ajustado, sendo aplicado à provisão para sinistros declarados do exercício.

A provisão para IBNR registada em 31 de dezembro de 2017 corresponde a 4% dos custos com sinistros declarados no exercício de 2017 (2016: 4% dos custos com sinistros declarados no exercício de 2016). Esta taxa foi determinada com base numa percentagem de 4% dos custos do exercício para o seguro direto e de 4% para o resseguro aceite (2016: 4% dos custos do exercício para o seguro direto e de 4% para o resseguro aceite).

- **Provisão para participação nos resultados**

Reflete a estimativa da participação nos resultados para os contratos que incluam cláusulas que prevejam este tipo de pagamento. É calculada individualmente, contrato a contrato sendo, constituída provisão em função de uma percentagem sobre a conta técnica do contrato.

- **Provisão para riscos em curso**

Corresponde ao montante que se estima ser necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

- **Provisões técnicas de resseguro cedido**

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas através da aplicação dos critérios acima descritos para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

l) Resseguro

A Europ Assistance aceita e cede negócio no decurso da sua atividade normal. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber de empresas de seguro (ressegurados) e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a

recuperar ou a pagar aos ressegurados e resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos ativos relacionados com o Resseguro Cedido no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

m) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na conta de ganhos e perdas, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as referidas diferenças.

n) Benefícios concedidos aos empregados

i) Responsabilidades com pensões (benefício pós-emprego)

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho (CCT) vigente para o setor segurador (assinado em 23 de dezembro de 2011, entre a Associação Portuguesa de Seguradoras (APS) e dois sindicatos representativos da classe profissional), a Companhia assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados um plano de contribuição definida, aplicável a todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado. Estes empregados beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social.

Este benefício é financiado através de um fundo de pensões Multireforma de Capital Garantido do Grupo Novo Banco Fundo de Pensões.

ii) Benefícios de saúde

A Companhia concede um benefício de assistência médica aos colaboradores no ativo.

iii) Bónus de desempenho

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam. Os bónus são calculados tendo em consideração os resultados alcançados pela Companhia no exercício e de acordo com uma avaliação de desempenho, que se baseia em critérios organizacionais, quantitativos e qualitativos.

iv) Estimativa para férias e subsídio de férias

Os encargos com férias e subsídio de férias dos empregados são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício. A respetiva estimativa encontra-se registada na rubrica "Acréscimos e diferimentos" do passivo.

o) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

p) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu reconhecimento.

q) Locações

A Europ Assistance classifica as operações de locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 –

Locações. São classificadas como locações financeiras todas as operações em que os riscos e os benefícios inerentes à propriedade são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são consideradas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Nas locações financeiras os contratos são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

A Companhia apenas tem registado contratos de locação operacional, relacionados com aluguer de equipamento informático e de automóveis.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E JULGAMENTOS RELEVANTES UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são divulgadas abaixo, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento das políticas contabilísticas adotadas pela Companhia, que levariam a resultados diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. No entanto, a Companhia entende que os julgamentos e as estimativas aplicadas são apropriados pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada da Companhia e as suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base vários pressupostos baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para prémios não adquiridos, (2) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas, (3) provisão para participação nos resultados e (4) provisão para riscos em curso.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e resseguro.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade e outros fatores.

Qualquer eventual alteração de critérios (nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais) é devidamente avaliada para quantificação dos seus impactos financeiros. As provisões são revistas regularmente através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Ver adicionalmente a Nota 25.

b) Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e

outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Ver adicionalmente a Nota 10.

c) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização prolongada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização prolongada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, a Companhia avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços das ações. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Ver adicionalmente a Nota 21.

d) Imposto sobre lucros

A determinação dos impostos sobre lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela empresa-mãe e das restantes entidades portuguesas individuais dentro do perímetro de consolidação durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

e) Prémios brutos emitidos

Os prémios de seguro direto e resseguro aceite do último mês do ano (dezembro) são parcialmente estimados, tendo por base os contratos em vigor e o histórico de produção do ano e de anos anteriores. O montante de prémios brutos emitidos reconhecido no mês de dezembro de 2017, pela Companhia, ascendeu a 4.452 milhares de euros (mês de dezembro de 2016: 4.260 milhares de euros).

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

A estrutura do Grupo a nível das principais empresas incluídas no perímetro de consolidação e os respetivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais em 31 de dezembro de 2017 e 2016, exceto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

2017

Nome/Sede	Classificação	Participação direta	Direito de voto	Participação efetiva	Método de consolidação
Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 10º, 1070-061 Lisboa	Empresa - mãe	-	-	-	-
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 10º, 1070-061 Lisboa	Empresa filial	99,98%	99,98%	99,98%	Integral
Ponte Alta - SGPS, Unipessoal Lda. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 10º, 1070-061 Lisboa	Empresa filial	100,00%	100,00%	100,00%	Integral
Europ Assistance Macau, Lda. Av. Dr. Mário Soares, nº 323 Macau	Empresa filial	a)	70,00%	70,00%	Integral
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, São Paulo	Empreendimento conjunto	b)	50,00%	50,00%	Equivalência patrimonial
Europ Assistance Argentina, S.A. Carlos Pellegrini 1149 - 9º Buenos Aires - Argentina	Empresa filial	c)	56,10%	56,10%	Integral
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile) Avenida Andrés Bello N° 2115 - piso 2, Providencia - Santiago	Empresa associada	d)	25,50%	25,50%	Equivalência patrimonial

2016

Nome/Sede	Classificação	Participação direta	Direito de voto	Participação efetiva	Método de consolidação
Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 10º, 1070-061 Lisboa	Empresa - mãe	-	-	-	-
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 10º, 1070-061 Lisboa	Empresa filial	99,96%	99,96%	99,96%	Integral
Ponte Alta - SGPS, Unipessoal Lda. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 10º, 1070-061 Lisboa	Empresa filial	100,00%	100,00%	100,00%	Integral
Europ Assistance Macau, Lda. Av. Dr. Mário Soares, nº 323 Macau	Empresa filial	a)	70,00%	70,00%	Integral
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, São Paulo	Empreendimento conjunto	b)	50,00%	50,00%	Equivalência patrimonial
Europ Assistance Argentina, S.A. Carlos Pellegrini 1149 - 9º Buenos Aires - Argentina	Empresa filial	c)	56,10%	56,10%	Integral
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile) Avenida Andrés Bello N° 2115 - piso 2, Providencia - Santiago	Empresa associada	d)	25,50%	25,50%	Equivalência patrimonial

a) A constituição da empresa em abril 1998 teve como objetivo principal a presença num novo mercado que se perspetiva com um enorme potencial a médio e longo prazo. Até à presente data não foi desenvolvida qualquer atividade.

b) A EABS – Serviços de Assistência e Participações, S.A. é detida pela Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda. em 50%.

A EABS – Serviços de Assistência e Participações, S.A. detém participações nas seguintes Sociedades:

	Percentagem de participação	
	2017	2016
Participações detidas diretamente		
Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência, S.A.	100%	100%
Participações detidas indiretamente		
CEABS Serviços, S.A.	100%	100%

c) A Europ Assistance Argentina, S.A. é detida em 56,10% pela Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda..

d) A Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda. detém uma participação efetiva de 25,50% (2016: 25,50%) na Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile).

A Europ Assistance, S.A. (Chile) detém 100% da Europ Servicios Spa (Chile).
Em 26 de maio de 2015 a Europ Assistance, S.A. (Chile) constituiu uma nova sucursal detida em 100% no Perú. A Europ Assistance S.A. Sucursal do Perú iniciou as suas operações em 16 de junho de 2015.

No exercício de 2015 foi realizado o montante de 105.576,94 Euros relativo ao aumento de capital subscrito no exercício de 2011.

De seguida são apresentados os principais dados financeiros das Sociedades consolidadas:

2017

Nome	Ativo	Passivo	Capital Próprio*	Volume de negócios	Resultado líquido do exercício
Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	48.865.331	31.367.442	17.497.889	48.375.732	4.265.209
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	5.348.481	3.728.770	1.619.711	5.218.115	1.213.153
Ponte Alta - SGPS, Unipessoal Lda.	24.050.874	19.533	24.031.341	-	4.771.990
Europ Assistance Macau, Lda.	53.434	466	52.968	-	57
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	42.480.833	5.394	42.475.439	-	8.116.100
Europ Assistance Argentina, S.A.	9.147.688	7.824.971	1.322.717	21.617.313	1.082.574
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	6.051.298	3.753.274	2.298.023	10.602.259	581.149

* Inclui o resultado líquido do exercício

2016

Nome	Ativo	Passivo	Capital Próprio*	Volume de negócios	Resultado líquido do exercício
Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	47.052.055	28.805.597	18.246.458	44.878.246	5.625.799
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	4.219.039	2.952.480	1.266.558	4.740.501	860.610
Ponte Alta - SGPS, Unipessoal Lda.	23.814.539	15.027	23.799.512	-	1.996.859
Europ Assistance Macau, Lda.	60.968	532	60.436	-	60
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	45.474.026	2.921	45.471.105	-	3.563.710
Europ Assistance Argentina, S.A.	7.273.301	6.707.401	565.900	16.949.797	143.843
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	5.287.696	3.488.365	1.799.330	8.906.173	552.451

* Inclui o resultado líquido do exercício

A Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. (adiante designada por Europ Assistance ou Companhia), foi constituída em 01 de julho de 1993 e dedica-se ao exercício da atividade de seguros para os ramos de ”Assistência“; ”Acidentes pessoais“, ”Responsabilidade Civil Geral”, ”Mercadorias transportadas“, ”Perdas pecuniárias diversas“ e ”Proteção Jurídica“, para os quais obteve as devidas autorizações por parte do Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Até 31 de dezembro de 2008 a Companhia apenas se dedicou à comercialização do ramo "Assistência", iniciando apenas em 2009 a comercialização dos restantes ramos já autorizados.

A Companhia tem a sua sede na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75-10º em Lisboa. As seguradoras são o principal canal de distribuição da Companhia.

A Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A. é uma sociedade anónima, constituída em 03 de fevereiro de 1993 e tem a sua sede social na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, nº 75 – 10º, 1070-061 Lisboa.

A Sociedade tem por objeto a prestação de serviços de assistência personalizados, a pessoas ou sociedades, no domínio da assistência no lar, na sociedade e em viagem (principalmente automóvel) e em quaisquer outras circunstâncias, bem como a prestação de serviços de atendimento telefónico e o fornecimento de produtos e a execução de trabalhos que se afigurem conexos ou complementares com a referida assistência.

A Ponte Alta – SGPS, Unipessoal, Lda. é uma sociedade por quotas constituída em 4 de junho de 1996, com sede na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, nº 75 – 10º, 1070-061 Lisboa. A sociedade tem por objeto a gestão de participações noutras sociedades como forma indireta de exercício de atividades económicas.

A Europ Assistance Macau, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 7 de março de 1998, com sede na Av. Dr. Mário Soares, nº 323 em Macau. A sociedade tem por objeto a prestação de serviços de assistência personalizados.

A EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 4 de fevereiro de 2009, com sede na Alameda Tocatins 0125 - 8º São Paulo - Brasil. A sociedade tem por objeto a :

a) Organização e gestão de serviços de credenciamento e filiação de serviços de assistência a pessoas e domicílios;

b) Organização e gestão de serviços de assistência em viagem, tanto no Brasil quanto no exterior;

c) Prestação de serviços de natureza complementar e afim; e

d) Participação no capital de outras sociedades.

A Europ Assistance Argentina, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 5 de março de 1997, com sede na Carlos Pellegrini 1163 - 9º Buenos Aires - Argentina. A sociedade tem por objeto a prestação de serviços de assistência no mercado argentino e em outros mercados da América Latina Central, como é o caso da Venezuela.

A Europ Asssistance, S.A. y Filial (Chile) é uma sociedade anónima constituída em 13 de agosto de 2004, com sede em Av. Andrés Bello 2115 Piso 2, Providencia, Santiago do Chile - Chile. A sociedade tem por objeto a prestação de serviços de assistência médica, em viagem, a veículos e lar, a pessoas e empresas no mercado chileno.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS OCORRIDOS EM 2017 E 2016

No exercício de 2017, a EABS – Serviços de Assistência e Participações, S.A.. efetuou um aumento de capital social no valor de 1.871.090 reais.

5. REPORTE POR SEGMENTOS

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

Nos exercícios de 2017 e 2016, os prémios brutos emitidos ascenderam a 69.348.028 euros e 60.870.258 euros, respetivamente, e dizem respeito exclusivamente a contratos celebrados em Portugal e Argentina.

O relato por segmentos de negócio em 2017 é como segue:

Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Resultado de resseguro
Acidentes e doença	8.439	11.718	(319)	1.981	(2.145)
Responsabilidade civil geral	2.501	2.313	529	430	(683)
Proteção jurídica	1.023.037	1.011.141	621.266	100.936	-
Assistência	66.176.624	65.646.258	49.923.712	11.375.511	(48.335)
Perdas pecuniárias diversas	2.137.428	1.128.695	1.002.019	141.465	-
TOTAL GERAL	69.348.028	67.800.125	51.547.207	11.620.323	(51.163)

O resultado de resseguro é em 2017 uma perda para a Companhia.

O relato por segmentos de negócio em 2016 é como segue:

Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Resultado de resseguro
Acidentes e doença	17.100	18.215	8.046	1.809	(7.779)
Responsabilidade civil geral	2.111	2.320	373	242	(1.643)
Proteção jurídica	921.323	928.015	536.129	96.158	-
Assistência	58.023.971	59.289.503	45.689.994	10.149.426	13.551
Perdas pecuniárias diversas	1.905.754	1.056.517	777.631	149.718	(795)
TOTAL GERAL	60.870.258	61.294.570	47.012.173	10.397.353	3.334

O resultado de resseguro é em 2016 um ganho para a Companhia.

O resultado técnico, os ativos e passivos por segmento de negócio em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são os seguintes:

	2017			
	Ramos não Vida	Proteção jurídica	Assistência	Outros ramos
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	67.742.169	1.011.141	65.591.130	1.139.897
Resultado dos investimentos*	743.212	16.068	709.030	18.114
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(51.540.414)	(621.266)	(49.916.920)	(1.002.228)
Participação nos resultados e custos de exploração líquidos	(11.856.347)	(100.936)	(11.611.535)	(143.876)
Outros rendimentos e gastos	504.549	-	504.549	-
Resultado técnico	5.593.168	305.007	5.276.254	11.907
Ativos afetos à representação das provisões técnicas**	38.796.882	1.196.176	32.874.195	4.726.511
Provisões técnicas**	27.428.412	845.666	23.241.223	3.341.524

* O Resultados dos investimentos considerado apenas inclui a Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., sendo a distribuição efectuada pelos ramos de acordo com o Relatório e Contas individual da Sociedade.
** Inclui apenas valores referentes à Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

	2016			
	Ramos não Vida	Proteção jurídica	Assistência	Outros ramos
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	61.239.004	928.015	59.245.625	1.065.364
Resultado dos investimentos*	947.611	19.435	905.864	22.312
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(46.953.274)	(536.129)	(45.632.567)	(784.579)
Participação nos resultados e custos de exploração líquidos	(10.553.960)	(96.158)	(10.306.033)	(151.769)
Outros rendimentos e gastos	186.563	-	186.563	-
Resultado técnico	4.865.944	315.164	4.399.451	151.329
Ativos afetos à representação das provisões técnicas**	37.857.702	1.365.994	33.209.600	3.282.108
Provisões técnicas**	25.136.939	907.000	22.050.670	2.179.270

* O Resultados dos investimentos considerado apenas inclui a Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., sendo a distribuição efectuada pelos ramos de acordo com o Relatório e Contas individual da Sociedade.
** Inclui apenas valores referentes à Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o resultado técnico por segmento geográfico e por negócio é o seguinte:

	2017			
	Ramos não Vida	Proteção jurídica	Assistência	Outros ramos
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro				
Portugal	46.769.874	1.011.141	44.618.835	1.139.897
Argentina	20.972.295	-	20.972.295	-
	67.742.169	1.011.141	65.591.130	1.139.897
Resultado dos investimentos				
Portugal	743.212	16.068	709.030	18.114
Argentina	-	-	-	-
	743.212	16.068	709.030	18.114
Custos com sinistros, líquidos de resseguro				
Portugal	(37.830.053)	(621.266)	(36.206.559)	(1.002.228)
Argentina	(13.710.361)	-	(13.710.361)	-
	(51.540.414)	(621.266)	(49.916.920)	(1.002.228)
Participação nos resultados e custos de exploração líquidos				
Portugal	(6.072.410)	(100.936)	(5.827.598)	(143.876)
Argentina	(5.783.937)	-	(5.783.937)	-
	(11.856.347)	(100.936)	(11.611.535)	(143.876)
Outros rendimentos e gastos				
Portugal	370.929	-	370.929	-
Argentina	133.620	-	133.620	-
	504.549	-	504.549	-
Resultado técnico				
Portugal	3.981.551	305.007	3.664.637	11.907
Argentina	1.611.617	-	1.611.617	-
	5.593.168	305.007	5.276.254	11.907

	2016			
	Ramos não Vida	Proteção jurídica	Assistência	Outros ramos
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro				
Portugal	45.246.993	928.015	43.253.614	1.065.364
Argentina	15.992.011	-	15.992.011	-
	61.239.004	928.015	59.245.625	1.065.364
Resultado dos investimentos				
Portugal	947.611	19.435	905.864	22.312
Argentina	-	-	-	-
	947.611	19.435	905.864	22.312
Custos com sinistros, líquidos de resseguro				
Portugal	(35.611.658)	(536.129)	(34.290.951)	(784.579)
Argentina	(11.341.616)	-	(11.341.616)	-
	(46.953.274)	(536.129)	(45.632.567)	(784.579)
Participação nos resultados e custos de exploração líquidos				
Portugal	(6.506.494)	(96.158)	(6.258.567)	(151.769)
Argentina	(4.047.466)	-	(4.047.466)	-
	(10.553.960)	(96.158)	(10.306.033)	(151.769)
Outros rendimentos e gastos				
Portugal	292.276	-	292.276	-
Argentina	(105.713)	-	(105.713)	-
	186.563	-	186.563	-
Resultado técnico				
Portugal	4.368.728	315.164	3.902.235	151.329
Argentina	497.216	-	497.216	-
	4.865.944	315.164	4.399.451	151.329

6. PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro são como segue:

	2017			
Ramo técnico	Seguro direto	Resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	8.439	-	(2.145)	6.294
Responsabilidade civil geral	2.501	-	(683)	1.818
Proteção jurídica	622	1.022.415	-	1.023.037
Assistência	22.797.704	43.378.919	(55.128)	66.121.495
Perdas pecuniárias diversas	2.133.591	3.837	-	2.137.428
	24.942.857	44.405.171	(57.956)	69.290.072
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(1.137.331)	(410.572)	-	(1.547.903)
	23.805.526	43.994.599	(57.956)	67.742.169

	2016			
Ramo técnico	Seguro direto	Resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	9.888	7.212	(7.779)	9.321
Responsabilidade civil geral	2.111	-	(1.643)	468
Proteção jurídica	772	920.551	-	921.323
Assistência	17.589.603	40.434.366	(43.877)	57.980.092
Perdas pecuniárias diversas	1.899.979	5.775	-	1.905.754
	19.502.354	41.367.904	(53.299)	60.816.958
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(950.296)	1.374.608	(2.266)	422.046
	18.552.058	42.742.512	(55.566)	61.239.004

7. CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros, líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2017			
	Seguro direto	Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Montantes pagos				
Prestações	10.490.273	26.138.520	(7.789)	36.621.004
Custos de gestão de sinistros imputados	4.518.756	9.486.131	-	14.004.886
Provisão para sinistros (variação)	785.141	128.387	996	914.524
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	15.794.169	35.753.038	(6.793)	51.540.414

	2016			
	Seguro direto	Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Montantes pagos				
Prestações	8.814.161	27.491.368	(57.903)	36.247.625
Custos de gestão de sinistros imputados	3.383.438	8.477.522	-	11.860.960
Provisão para sinistros (variação)	985.694	(2.140.009)	(996)	(1.155.311)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	13.183.293	33.828.880	(58.899)	46.953.274

Ver Nota 9 com detalhe dos custos imputados às funções.

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido:

	2017			2016		
Conta Técnica	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
Prémios adquiridos	23.805.526	43.994.599	67.800.124	18.552.058	42.742.512	61.294.570
Proveitos técnicos	23.805.526	43.994.599	67.800.124	18.552.058	42.742.512	61.294.570
Custos com sinistros	15.794.169	35.753.038	51.547.207	13.183.293	33.828.880	47.012.174
Participação nos resultados	(3.137)	239.161	236.024	(93.999)	250.606	156.607
Custos de exploração	6.152.573	5.467.750	11.620.323	4.428.766	5.968.587	10.397.353
Custos técnicos	21.943.605	41.459.949	63.403.554	17.518.060	40.048.073	57.566.133
Resultado financeiro	44.967	698.245	743.212	53.550	894.062	947.611
Margem técnica	1.906.887	3.232.895	5.139.782	1.087.547	3.588.501	4.676.048
Rácio de sinistralidade (1)	66,3%	81,3%	76,0%	71,1%	79,1%	76,7%
Rácio de despesas (2)	25,8%	13,0%	17,5%	23,4%	14,6%	17,2%
Rácio combinado (3)	92,2%	94,2%	93,5%	94,4%	93,7%	93,9%
Rácio operacional (4)	92,0%	92,7%	92,4%	94,1%	91,6%	92,4%

1) Rácio da taxa de sinistralidade mede o peso dos sinistros em relação aos prémios adquiridos.

2) Rácio de despesa mede o peso do custo com participação nos resultados e dos custos de exploração em relação aos prémios adquiridos

3) Rácio combinado mede a estrutura dos custos técnicos face aos prémios adquiridos.

4) Rácio operacional mede o peso dos custos técnicos, líquidos do resultado financeiro, em relação aos prémios adquiridos.

8. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS, LÍQUIDA DE RESSEGURO

A rubrica de participação nos resultados, líquida de resseguro, respeita ao acréscimo efetuado pela Companhia relativamente aos montantes estimados atribuíveis aos tomadores de seguros em contratos de seguro com participação nos resultados (ver adicionalmente a Nota 25).

	2017			
Ramos técnicos	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	259.244	(236.466)	236.024	258.803
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	259.244	(236.466)	236.024	258.803

	2016			
Ramos técnicos	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	210.508	(107.870)	156.607	259.244
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	210.508	(107.870)	156.607	259.244

9. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2017	2016
Custos de aquisição		
Comissões de mediação e de resseguro aceite	709.784	1.659.494
Custos imputados	5.970.868	4.436.292
Total de custos de aquisição	6.680.651	6.095.785
Custos de aquisição diferidos (variação)	463.665	64.942
Custos administrativos		
Custos imputados	4.476.007	4.236.626
Total de custos administrativos	4.476.007	4.236.626
Custos e gastos de exploração líquidos	11.620.323	10.397.353

Os custos são inicialmente contabilizados pela sua natureza (custos indiretos) e posteriormente imputados, tendo por base uma chave de repartição, a Custos de aquisição, a Custos administrativos, a Custos com sinistros e a Custos associados à gestão dos investimentos.

A metodologia de imputação utilizada para 2017 foi consistente com aquela adotada em 2016.

Os custos por natureza imputados por função são analisados como segue:

	2017	2016
Custos com sinistros	14.004.886	11.860.960
Custos de aquisição	5.970.868	4.436.292
Custos administrativos	4.476.007	4.236.626
Custos de gestão dos investimentos	107.571	134.849
Total	24.559.332	20.668.726

A desagregação por natureza é analisada como segue:

	2017	2016
Custos com o pessoal	15.103.749	13.668.960
Fornecimentos e serviços externos:		
Royalties e management fees	1.132.342	527.134
Publicidade e propaganda	433.520	719.147
Deslocações, estadas e despesas de representação	334.662	238.128
Trabalhos especializados	738.602	671.599
Comunicações	325.911	290.348
Rendas e alugueres:		
Aluguer de edifícios	347.413	401.634
Outras rendas e alugueres	164.913	179.508
Conservação e reparação	673.761	596.602
Electricidade	136.314	139.929
Seguros	277.202	151.991
Limpeza, higiene e conforto	53.342	69.476
Avenças e honorários	286.463	158.908
Outros	2.924.889	1.375.946
	7.829.334	5.520.350
Impostos e taxas	1.244.423	1.095.337
Amortizações/depreciações do exercício:		
Ativos intangíveis	45.844	43.707
Ativos tangíveis	228.411	205.523
	274.255	249.230
Comissões de administração de valores (investimentos)	107.571	134.849
	24.559.332	20.668.726

Os custos com pessoal decompõem-se como segue:

	2017	2016
Remunerações		
- dos órgãos sociais	101.766	328.955
- do pessoal	7.786.048	6.873.487
Encargos sobre remunerações	1.623.390	1.586.238
Benefícios pós-emprego		
- Planos de contribuição definida	204.000	106.205
- Planos de benefícios definidos	-	-
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	14.882	7.695
Seguros obrigatórios	564.983	680.214
Outros gastos com pessoal (essencialmente, indemnizações)	193.750	230.342
Custos com pessoal (Companhia)	10.488.820	9.813.137
Custos com pessoal (Argentina)	4.614.929	3.855.823
	15.103.749	13.668.959

Em 31 de dezembro de 2017 o Conselho de Administração é composto por 5 elementos, dos quais 1 com funções executivas e não remunerado (Juan Carlos Guzman Acha).

Em 31 de dezembro de 2016 o Conselho de Administração é composto por 5 elementos, dos quais 1 com funções executivas (Paula Casa Nova de Almeida Costa).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não existiam créditos concedidos pelo Grupo aos membros do Conselho de Administração.

No exercício de 2017 os membros do Conselho de Administração auferiram remunerações no montante de 101.766 euros. No exercício de 2017 a Administradora executiva Paula Casa Nova de Almeida Costa auferiu remunerações no montante de 101.766 euros. Em 31 de julho de 2017 a Administradora executiva Paula Casa Nova de Almeida Costa cessou funções de órgão social.

No exercício de 2016 os membros do Conselho de Administração auferiram remunerações no montante de 328.955 euros. No exercício de 2016 os Administradores executivos Paula Casa Nova de Almeida Costa e Manrico Iachia auferiram remunerações no montante de 89.000 euros e 215.955 euros, respetivamente. Em 30 de junho de 2016 o Administrador executivo Manrico Iachia cessou funções.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia teve, em média, 531 e 514 trabalhadores ao seu serviço, respetivamente, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

	2017	2016
Dirigentes executivos	1	2
Quadros superiores	10	10
Quadros médios	7	7
Profissionais altamente qualificados	56	48
Profissionais qualificados	254	245
Total da Companhia	329	311
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	44	63
Europ Assistance Argentina, S.A.	159	140
	531	514

Adicionalmente, apresenta-se o número de trabalhadores por categoria profissional no final dos exercícios de 2017 e 2016:

Categoria Profissional	2017	2016
Administrador	-	2
Director Coordenador	1	1
Director de Serviços	5	5
Director Adjunto	3	3
Chefe de Serviços	2	2
Gestor Técnico	4	5
Secretárias	4	4
Coordenador Operacional	25	10
Especialista Operacional	180	76
Programador Informática	-	1
Assistente Operacional	29	22
Gestor Operacional	6	1
Assistente Operacional Estagiário	9	7
Escriturário Estagiario	-	1
Escriturário IX	28	98
Escriturário X	14	58
Sub-Chefe Secção	-	9
Técnico	21	20
Auxiliar Geral	2	-
Total da Companhia	333	325
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	29	47
Europ Assistance Argentina, S.A.	172	147
	534	519

Os serviços prestados pelos Revisores Oficiais de Contas são registados nas rubricas de trabalhos especializados (Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.) e na rubrica e "Outros gastos" (Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A., Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda.). Durante o ano de 2017 foram faturados 71.500 euros (2016: 62.000 euros) para efeito do trabalho de revisão legal das contas individuais e consolidadas e adicionalmente da revisão aos mapas de reporte prudencial submetidos à ASF.
O Conselho Fiscal auferiu 11.000 euros durante o ano de 2017 (2016: 11.000 euros).

10. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo – ver nota 9.

Benefícios pós-emprego:

Plano de Reforma Individual (PIR)

De acordo com o n.º 1 da clausula 48º do novo CCT, "todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho". Ainda de acordo com o novo CCT no n.º 2 da clausula 48º "o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados, calculado a 31 de dezembro de 2011, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, admitidos até 22 de junho de 1995, que estavam abrangidos pelo disposto na cláusula 51.ª, n.º 4, do CCT, cujo texto consolidado foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, será convertido em contas individuais desses trabalhadores, nos termos e de acordo com os critérios que estiverem previstos no respetivo fundo de pensões ou seguro de vida, integrando o respetivo plano individual de reforma".

Face ao exposto, o plano de benefícios definidos foi liquidado e o saldo das responsabilidades integralmente financiada a 31 de dezembro de 2011 sendo transferido para um plano individual de reforma.

Plano de contribuição definida

No exercício de 2017 e 2016 a contribuição para o plano de contribuição definida existente foi de 217.368 euros e 111.474 euros, respetivamente.

No exercício de 2017 e 2016 a quantia dos ativos do plano de contribuição definida é de 1.777.065 euros e de 1.592.354 euros, respetivamente. No exercício de 2017 e 2016 a rentabilidade efetiva agregada do novo fundo foi de 4,01% e de 2,94%, respetivamente.

Outros benefícios de longo prazo

Ao abrigo do novo CCT, a cláusula 41 contempla a obrigação de a Companhia atribuir aos colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula,

prémios de permanência pecuniários (colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Após o trabalhador completar 50 anos de idade e logo que verificados os períodos mínimos de permanência na

empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário é substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;

b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia ;

c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia .

11. RENDIMENTOS

Os rendimentos por categorias de ativos são analisados como segue:

	2017	2016
Rendimentos		
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Juros	194.449	252.634
Dividendos	36.781	29.698
Ativos financeiros detidos para negociação		
Juros	25.249	11.737
Empréstimos concedidos e contas a receber		
Juros	42.032	68.890
Depósitos em instituições de crédito		
Juros	19.071	29.005
	317.582	391.964

12. GASTOS FINANCEIROS

A rubrica de gastos financeiros respeita exclusivamente a custos operacionais imputados à função investimentos (ver nota 9) no valor de 107.571 euros (2016: 134.849 euros).

	2017	2016
Gastos de investimentos		
Custos imputados - ver nota 9 - comissão de administração de valores (instrumentos financeiros)	107.571	134.849
	107.571	134.849
Outros gastos financeiros	257	585
	257	585
	107.828	135.434

13. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas decompõem-se, em 2017 e 2016, como segue:

	2017	2016
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	210.485	569.003
Ações e outros títulos de rendimento variável	506.004	97.881
	716.489	666.884

14. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Em 2017 e 2016, os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas apresentam a seguinte decomposição:

	2017	2016
Ganhos líquidos de ativos financeiros detidos para negociação	(5.797)	41.832
	(5.797)	41.832

15. DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 2 e é analisada com segue:

	2017	2016
Ativos financeiros disponíveis para venda	(138.968)	64.355
	(138.968)	64.355
Diferenças de câmbio favoráveis	38	157
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(272.362)	(208.625)
	(272.324)	(208.468)
	(411.292)	(144.113)

A rubrica “Diferenças de câmbio” relacionados com Ativos financeiros disponíveis para venda respeita integralmente a variações cambiais ocorridas em títulos de dívida detidos expressos em dólares norte americanos. Ver anexo I com detalhe dos ativos financeiros.

16. OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÃO)

O saldo apresentado na rubrica Outras provisões (variação) é respeitante aos ajustamentos efetuados aos recibos por cobrar e às dívidas de cobrança duvidosa.

Em 2017 e 2016 a variação decompõem-se como segue:

	2017	2016
Outras provisões (variação)		
Tomadores de seguros	206.144	(111.254)
Outros devedores	(73.530)	(7.739)
	132.614	(118.993)

17. OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

No exercício de 2017 e 2016 a rubrica "Outros rendimentos/gastos" apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
Outros rendimentos		
Rendimentos e ganhos financeiros	212.917	153.344
Ganhos em outros ativos tangíveis	-	11.893
Restituição de impostos	-	909
Outros rendimentos não técnicos:		
Prestações de serviços:		
Mercado interno		
Serviços "Call Center", Assistência Automóvel e outros (a)	4.314.605	4.020.014
Assistência a pedido	302.159	293.746
Mercado externo		
Serviços de "Call Center", Gestão de frota, Assistência Automóvel, gestão e assistência técnica (b)	588.009	1.519.765
Assistência a pedido	538.674	374.474
Subsídios à exploração:		
Medidas de estímulo e incentivo ao emprego	-	-
Outros	-	-
	5.956.363	6.374.144
Outros gastos		
Gastos e perdas não correntes	(12.208)	(17.350)
Outros gastos	(587)	(789)
Gastos e perdas financeiras	(29.318)	(30.126)
Outros gastos não técnicos:		
Custos com pessoal	(1.189.223)	(1.581.593)
Fornecimentos e serviços externos	(2.639.072)	(2.552.664)
Impostos e taxas	(37.512)	(57.880)
Depreciações e amortizações do exercício	(34.561)	(51.151)
	(3.942.481)	(4.291.555)
	2.013.882	2.082.589

(a) No exercício de 2017 existe um aumento de 10% das prestações de serviços explicado essencialmente pelo aumento do volume das prestações de serviços de gestão de garantia e extensão de garantia automóvel. (Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A.).

(b) No exercício de 2016, a rubrica "Outros rendimentos: Prestações de serviços – Mercado externo" inclui um montante relativo aos contratos de prestação de serviços celebrados com a filial EA Brasil e a associada EA Chile, enquadrando a prestação de serviços de gestão e assistência técnica no âmbito do qual se receberam montantes de 517.739 euros e 43.301 euros, respetivamente. No exercício de 2017 verificou-se um decréscimo de 58% da atividade de prestação de serviços da EA Argentina.

18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo da rubrica "Caixa e seus equivalentes" em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	2017	2016
Caixa	15.757	14.798
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	8.044.698	5.804.417
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8.060.455	5.819.216

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de depósitos imediatamente mobilizáveis inclui um valor de 7.386.487 pesos argentinos (correspondentes a 327.085 Euros) relativos a: um fundo comum denominado Alpha Ahorro "A" (121.307 pesos argentinos), um fundo comum denominado Alpha Renta Fija Global USD (3.761.869 pesos argentinos), um fundo comum denominado Premier Renta Plus $ - Clase A (1.215.685 pesos argentinos) e um fundo comum denominado Supergestión Mix VI (2.287.862 pesos argentinos).

Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica de depósitos imediatamente mobilizáveis inclui um valor de 28.845.160 pesos argentinos (correspondentes a 1.739.284 Euros) relativos a: um fundo comum denominado Alpha Ahorro "A" (22.517.389 pesos argentinos), um fundo comum denominado Alpha Renta Fija Global USD (3.142.771 pesos argentinos) e a certificados de dívida pública Bonad US$2017 (3.185.000 pesos argentinos).

19. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

A empresa-mãe da Companhia é a Europ Assistance Holding França (ver nota 33).

Os investimentos financeiros nas associadas e empreendimentos conjuntos encontram-se valorizados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017	
	Participação efetiva (%)	Valor de balanço
Valorizadas pelo método de equivalência patrimonial:		
Associadas:		
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	25,50%	585.996
Empreendimentos conjuntos:		
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	50,00%	21.237.720
		21.823.716

	2016	
	Participação efetiva (%)	Valor de balanço
Valorizadas pelo método de equivalência patrimonial:		
Associadas:		
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	25,50%	458.829
Empreendimentos conjuntos:		
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	50,00%	22.735.553
		23.194.382

Os dados financeiros das empresas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são analisados como segue:

2017					
Nome	Ativo	Passivo	Capital Próprio*	Volume de negócios	Resultado líquido do exercício
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	42.480.833	5.394	42.475.439	-	8.116.100
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	6.051.298	3.753.274	2.298.023	10.602.259	581.149

* Inclui o resultado líquido do exercício

2016					
Nome	Ativo	Passivo	Capital Próprio*	Volume de negócios	Resultado líquido do exercício
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	45.474.026	2.921	45.471.105	-	3.563.710
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	5.287.696	3.488.365	1.799.330	8.906.173	552.451

* Inclui o resultado líquido do exercício

Considerando a informação financeira disponível à data das entidades acima referidas, detidas indiretamente pela Companhia, não constatámos indícios de imparidade no valor dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a participação na EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. (Brasil) reflete um *goodwill* de 3.990.762 euros e 4.621.745 euros, respetivamente.

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2017 e 2016 são analisados como segue:

	2017	2016
Saldo inicial dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos		
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	458.829	274.576
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	22.735.553	16.495.402
	23.194.382	16.769.978
Aumentos de capital		
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	-	-
Distribuição do resultado líquido do exercício anterior		
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	(2.115.994)	-
Resultado líquido do exercício		
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	148.193	140.875
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	4.058.050	1.781.855
Atualização cambial		
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. (*goodwill)*	(630.984)	944.565
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. (*participação)*	(2.808.905)	3.513.731
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	(21.026)	43.378
Saldo final dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos		
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	585.996	458.829
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	21.237.720	22.735.553
	21.823.716	23.194.382

20. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A. aplica os seus excedentes de tesouraria essencialmente, em títulos de rendimento fixo, com maturidade entre 1 e 5 anos, com o objetivo de gerar rendimento no curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Ativos financeiros detidos para negociação" apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
Unidades de participação	51.756	50.105
Obrigações de dívida pública	185.462	371.533
Obrigações de outros emissores	2.101.627	1.758.622
	2.338.844	2.180.260

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta Sociedade apresenta o seguinte movimento na rubrica "Ativos financeiros detidos para negociação":

	2017	2016
Ativos financeiros detidos para negociação		
Saldo inicial	2.180.260	1.885.593
Aquisições	1.422.331	1.131.169
Alienações	(1.259.553)	(873.774)
Revalorizações de justo valor	(4.262)	36.907
Revalorizações de custo amortizado	69	366
Saldo final	2.338.845	2.180.260

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os títulos de rendimento fixo apresentam um montante de juro a receber de 8.057 euros e 9.442 euros, respetivamente (nota 28).

21. ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é analisado como segue:

	2017					
	Custo amortizado (1)	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Resultados(*)	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De dívida pública	5.075.154	33.387	-	209.097	-	5.317.638
De outros emissores públicos	3.797.029	3.397	-	32.167	(96.420)	3.736.173
De outros emissores	23.102.688	27.060	-	113.734	-	23.243.482
Ações	-	-	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	2.180.427	-	-	565.146	-	2.745.572
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	34.155.298	63.844	-	920.144	(96.420)	35.042.865

	2016					
	Custo amortizado (1)	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Resultados(*)	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De dívida pública	5.112.270	38.151	-	395.387	-	5.545.808
De outros emissores públicos	2.404.782	1.322	-	42.806	42.548	2.491.458
De outros emissores	21.142.194	34.299	-	115.283	21.807	21.313.583
Ações	-	-	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	2.867.810	-	-	774.422	-	3.642.232
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	31.527.056	73.772	-	1.327.898	64.355	32.993.081

(1) Ou custo de aquisição no caso de ações e outros títulos de rendimento variável.

(*) Em 2017 e 2016, o montante de (138.968) euros e 64.355 euros, respetivamente reconhecido em resultados resulta de diferenças cambiais de títulos detidos em moeda estrangeira (ver nota 15).

É efetuada também uma análise de maturidade dos ativos financeiros, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, cujo resultado foi o seguinte:

(em milhares de euros)

2017	**< 1 ano**	**1 - 2 anos**	**2 - 5 anos**	**> 5 anos**	**S/maturidade**	**Total**
Ativos disponíveis para venda	3.092	2.597	15.125	11.484	2.746	**35.043**

(em milhares de euros)

2016	**< 1 ano**	**1 - 2 anos**	**2 - 5 anos**	**> 5 anos**	**S/maturidade**	**Total**
Ativos disponíveis para venda	781	3.903	14.715	9.953	3.642	**32.993**

Ver nota 36 para efeitos de classificação dos ativos nos níveis definidos na IFRS 7.

22. EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

A saldo da rubrica "Empréstimos e contas a receber" corresponde na sua totalidade a depósitos junto de empresas cedentes. Em 2017 e 2016 o total a receber junto de empresas cedentes ascendia a 1.791.912 euros e 1.742.291 euros, respetivamente.

23. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o funcionamento correto de um dado ativo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Companhia opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Sempre que haja evidência objetiva que o valor escriturado dos ativos fixos tangíveis excede o seu valor realizável, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, de acordo com a metodologia proposta pela IAS 36 em articulação com a IAS 16.

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2017 são analisados como segue:

	2017							
	Saldo inicial			Transferências		Depreciações do exercício		Saldo final
RUBRICAS	Valor bruto	Depreciações	Aquisições	e abates	Alienações	Reforço	Regularizações	(valor líquido)
Equipamento administrativo	766.904	702.083	46.905	8.357	-	30.570	6.880	79.678
Máquinas e ferramentas	372.558	290.251	5.098	-	-	14.940	-	72.466
Equipamento informático	1.283.786	1.100.095	134.592	129.134	-	110.889	103.329	181.588
Instalações interiores	923.747	790.760	27.484	23.178	-	45.554	19.498	111.237
Material de transporte	35.390	35.390	-	-	-	-	-	-
Equipamento hospitalar	25.785	25.424	-	-	-	181	-	181
Outras imobilizações corpóreas	272.631	57.895	-	-	-	1.307	-	213.429
Despesas em edifícios arrendados	1.852.827	1.706.588	56.719	12.602	-	37.772	10.250	162.833
Total	5.533.627	4.708.486	270.799	173.271	-	241.213	139.957	821.412

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2016 são analisados como segue:

	2016							
	Saldo inicial			Transferências		Depreciações do exercício		Saldo final
RUBRICAS	Valor bruto	Depreciações	Aquisições	e abates	Alienações	Reforço	Regularizações	(valor líquido)
Equipamento administrativo	758.335	679.715	12.608	4.040	-	25.251	2.882	64.821
Máquinas e ferramentas	354.977	275.800	17.580	-	-	14.451	-	82.307
Equipamento informático	1.213.827	1.048.146	130.641	60.683	-	99.387	47.438	183.691
Instalações interiores	935.669	753.999	2.710	14.632	-	47.097	10.335	132.986
Material de transporte	35.390	35.390	-	-	-	-	-	-
Equipamento hospitalar	25.785	25.243	-	-	-	181	-	361
Outras imobilizações corpóreas	310.956	68.481	-	-	38.324	1.307	11.893	214.736
Despesas em edifícios arrendados	1.819.791	1.678.472	41.165	8.129	-	33.387	5.271	146.239
Total	5.454.731	4.565.244	204.704	87.484	38.324	221.060	77.819	825.141

No exercício de 2017 e 2016, o reforço das depreciações do exercício encontra-se refletido nas rubricas de custos imputados por natureza em 228.411 euros e 205.523 euros, respetivamente (nota 9) e na rubrica "Outros gastos – depreciações do exercício" em 12.802 euros e 15.537 euros, respetivamente (nota 17).

Considera-se que o valor contabilístico relevado não difere significativamente do valor de realização dos ativos tangíveis detidos. Durante os exercícios de 2017 e 2016 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos tangíveis.

24. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2017 são analisados como segue:

	2017							
	Saldo inicial			Transferências		Amortizações do exercício		Saldo final
Rubricas	Valor bruto	Amortizações	Aquisições	e abates	Alienações	Reforço	Regularizações	(valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	1.136.304	1.071.347	46.565	-	-	42.578	-	68.945
Total	1.136.304	1.071.347	46.565	-	-	42.578	-	68.945

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2016 são analisados como segue:

	2016							
	Saldo inicial			Transferências		Amortizações do exercício		Saldo final
Rubricas	Valor bruto	Amortizações	Aquisições	e abates	Alienações	Reforço	Regularizações	(valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	1.046.635	992.025	89.668	-	-	79.321	-	64.958
Total	1.046.635	992.025	89.668	-	-	79.321	-	64.958

No exercício de 2017 o reforço das amortizações do exercício encontra-se refletido nas rubricas de custos imputados por natureza em 45.844 euros (nota 9) e na rubrica “Outros gastos – depreciações do exercício” em (3.266) euros (nota 17).

Durante os exercícios de 2017 e 2016 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos intangíveis.

25. PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRETO, RESSEGURO ACEITE E CEDIDO

À data de 31 de dezembro de 2017 e 2016 o saldo desta rubrica é analisado como segue:

	2017			2016		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	20.416.619	-	20.416.619	18.405.051	-	18.405.051
Provisão para sinistros	10.025.611	-	10.025.611	9.112.084	(996)	9.111.088
Provisão para participação nos resultados	258.803	-	258.803	259.244	-	259.244
Total de provisões técnicas	30.701.033	-	30.701.033	27.776.379	(996)	27.775.383

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite é refletida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) e a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é refletida no ativo, sendo ambas analisadas como segue:

	2017			2016		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	2.107	-	2.107	5.280	-	5.280
Responsabilidade civil geral	512	-	512	328	-	328
Proteção jurídica	390.398	-	390.398	378.509	-	378.509
Assistência	16.901.354	-	16.901.354	15.889.950	-	15.889.950
Perda pecuniárias diversas	3.122.248	-	3.122.248	2.130.985	-	2.130.985
Provisão para prémios não adquiridos	20.416.619	-	20.416.619	18.405.051	-	18.405.051

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício.

A provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 1.524.377 euros (2016: 1.456.485 euros) relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR). A provisão para IBNR corresponde a uma taxa genérica de 4% (2016: 4%) e para os custos de gestão de sinistros considerou-se uma taxa de 10% (2016: 10%) aplicada à provisão para sinistros declarados do exercício.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica é analisada como segue:

	2017			2016		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	-	-	-	1.720	-	1.720
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	397.207	-	397.207	461.376	-	461.376
Assistência	7.460.006	-	7.460.006	6.723.235	(996)	6.722.239
Perda pecuniárias diversas	168.693	-	168.693	13.253	-	13.253
Sub-total	8.025.906	-	8.025.906	7.199.584	(996)	7.198.588
Provisão para IBNR	1.524.377	-	1.524.377	1.456.485	-	1.456.485
Provisão para gestão de sinistros	475.329	-	475.329	456.014	-	456.014
Total da provisão para sinistros	10.025.611	-	10.025.611	9.112.083	(996)	9.111.087

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a provisão para sinistros da Europ Assistance Argentina, S.A. ascende a 3.272.621 euros e 2.639.440 euros, respetivamente.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos na Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., é analisado como segue:

	Provisão para sinistros em 31.12.2016 (1)	Sinistros* pagos em 2017 (2)	Provisão para sinistros* em 31.12.2017 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e doença	1.892	-	-	(1.892)
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Proteção jurídica	507.514	432.086	275.882	200.455
Assistência	4.492.175	3.179.537	300.110	(1.012.528)
Perdas pecuniárias diversas	14.578	45.752	21.292	52.465
Total	5.016.159	3.657.375	597.284	(761.500)

* Sinistros ocorridos no ano de 2016 e anteriores.

	Provisão para sinistros em 31.12.2015 (1)	Sinistros* pagos em 2016 (2)	Provisão para sinistros* em 31.12.2016 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e doença	5.874	2.180	660	(3.034)
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Proteção jurídica	743.553	373.400	302.826	(67.326)
Assistência	6.161.019	4.618.857	694.048	(848.114)
Perdas pecuniárias diversas	15.500	13.619	112	(1.769)
Total	6.925.946	5.008.057	997.646	(920.244)

* Sinistros ocorridos no ano de 2015 e anteriores.

Nota: Valores anunciados referem-se apenas à entidade Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

A determinação dos custos com sinistros a 31 de dezembro de 2017 é analisada como segue:

	2017			
	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	-	2.047	(2.366)	(319)
Responsabilidade civil geral	-	529	-	529
Proteção jurídica	506.548	187.942	(73.223)	621.266
Assistência	35.460.955	13.649.985	812.772	49.923.712
Perda pecuniárias diversas	661.290	164.384	176.345	1.002.019
Total	36.628.793	14.004.886	913.528	51.547.207

A determinação dos custos com sinistros a 31 de dezembro de 2016 é analisada como segue:

	2016			
	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	9.880	1.829	(3.663)	8.046
Responsabilidade civil geral	-	373	-	373
Proteção jurídica	614.322	167.959	(246.152)	536.129
Assistência	35.046.130	11.542.094	(898.229)	45.689.995
Perda pecuniárias diversas	635.197	148.705	(6.271)	777.631
Total	36.305.529	11.860.960	(1.154.315)	47.012.174

A provisão para participação nos resultados é calculada contrato a contrato em função de uma percentagem sobre a conta técnica desse mesmo contrato e é refletida no passivo.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica é analisada como segue:

	2017			2016		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	258.803	-	258.803	259.244	-	259.244
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-	-	-
Provisão para participação nos resultados	258.803	-	258.803	259.244	-	259.244

A movimentação do ano analisa-se como segue:

	2017			
	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	259.244	(236.466)	236.024	258.803
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	259.244	(236.466)	236.024	258.803

	2016			
	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	210.508	(107.870)	156.607	259.244
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	210.508	(107.870)	156.607	259.244

26. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é analisado como segue:

	2017	2016
Contas a receber por operações de seguro direto		
Contas em cobrança	4.116.593	4.035.162
Ajustamentos	(131.323)	(444.455)
	3.985.270	3.590.708
Contas a receber por outras operações de resseguro		
Ressegurados	4.516.128	2.879.213
Resseguradores	-	25.621
Ajustamentos	(48.052)	-
	4.468.076	2.904.833
Contas a receber por outras operações		
Refaturações a segurados	25.551	28.848
Outros devedores (a)	2.689.433	2.424.877
Ajustamentos	(80.338)	(8.619)
	2.634.646	2.445.107
TOTAL GERAL	11.087.991	8.940.648

(a) Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica “Outros devedores” inclui débitos em aberto pela prestação de serviços de gestão da EA Chile no valor de 21.647 Euros (ver Nota 17).

27. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2017 foi apurado com base na taxa nominal de IRC de 21% (2016: 21%), aplicável à matéria coletável da Companhia. A esta taxa acresce a derrama municipal aplicável ao lucro tributável, a qual ascende a 1,5% (2016: 1,5%). Adicionalmente, foi ainda considerada uma taxa de 3% de derrama estadual sobre o lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de euros.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante o período de quatro anos, o qual é alargado para 6 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devidos essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das Demonstrações Financeiras.

O imposto sobre os lucros dos exercícios de 2017 e 2016, desagrega-se da seguinte forma:

	2017	2016
Imposto do exercício	2.083.649	1.880.273
Imposto diferido	(68.096)	211.987
Impostos sobre lucros	2.015.553	2.092.260

No exercício de 2017 e 2016 o imposto foi apurado de acordo com as seguintes taxas nominais:

Imposto	2017	2016
Matéria coletável	21%	21%
Lucro tributável	1,5%	1,5%
Lucro tributável acima de 1,5 milhões de euros e até 7,5 milhões de euros	3%	3%

A taxa de imposto efetiva do exercício ascende a 18% (2016: 24%). A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efetiva de imposto é como segue:

	2017	2016
Resultado antes de imposto	**11.505.706**	**8.737.046**
Taxa nominal + Derrama	**2.588.784**	**1.965.835**
Imposto sobre o rendimento	**2.015.553**	**2.092.260**
Corrente	2.083.649	1.880.273
Diferido	(68.096)	211.987
Taxa efectiva	17,5%	23,9%
Diferença entre taxa efectiva e nominal	**573.231**	**(126.424)**
Tributação autónoma	68.511	107.996
Derrama estadual	66.328	74.237
Anulação do I.D. para provisões não aceites fiscalmente	(68.096)	211.987
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais	6.266	899
Reversão de provisões tributadas	10.278	605
Aplicação do método de equivalência patrimonial	(946.405)	(471.069)
Benefícios pós-emprego	-	-
Benefícios fiscais e outros ajustes	(99.221)	(81.543)
Mais e menos-valias contabilísticas e fiscais	-	(14.480)
Excesso/Insuficiência de estimativa	1.129	730
Outras diferenças permanentes	387.978	297.062

No exercício de 2017 e 2016 a rubrica “Imposto corrente” inclui imposto diferido ativo relativo a provisões para outros créditos, a uma regularização de custos de royalties e management fees e previsão de vendas e imposto diferido passivo para bens em uso relativos à Europ Assistance Argentina, S.A. no valor líquido de (142.700) euros e (310.431) euros, respetivamente.

Os ativos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2017 e 2016 foram reconhecidos como segue:

	Impostos correntes			
	Ativo		Passivo	
	2017	2016	2017	2016
Imposto sobre o rendimento	-	-	823.724	610.663
Retenções de imposto na fonte	2.277	2.624	277.178	380.784
Contribuições para a Segurança Social	-	-	371.561	382.197
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-	100.342	105.178
Outros impostos e taxas	-	-	101.223	93.345
	2.277	2.624	1.674.029	1.572.167

Os ativos e passivos por impostos diferidos reportados nos exercícios de 2017 e 2016 foram reconhecidos como segue:

	2017	Impacto em CP	Impacto em G&P	2016	Impacto em CP	Impacto em G&P	2015
Impostos diferidos ativos							
Provisão para prémios de desempenho e indemnizações	99.555	-	43.147	56.408	-	(222.013)	278.421
Acréscimo de gastos com royalties e management fees	-	-	-	-	-	-	-
Valias potenciais do ativos financeiros em carteira		-	-		-	-	
Ganhos atuariais (IAS 19) - Reserva			-			-	
IAS 19 - Resultado	-	-	-	-	-	-	-
Provisões outros créditos e previsão vendas (Argentina)	481.808	-	(142.700)	624.508	-	(310.431)	934.939
Total	581.363	-	(99.553)	680.915	-	(532.444)	1.213.360
Impostos diferidos passivos							
Valias potenciais do ativos financeiros em carteira	234.636	(103.978)	24.949	363.563	(23.454)	10.026	397.043
Bens em uso (Argentina)	-	-	-	-	-	-	-
Total	234.636	(103.978)	24.949	363.563	(23.454)	10.026	397.043
Imposto corrente			(142.700)			(310.431)	
Imposto diferido			68.096			(211.987)	
Impacto total em Ganhos e Perdas			(74.604)			(522.418)	
Impacto total em Capital Próprio		103.978			23.454		

28. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A rubrica de acréscimos e diferimentos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é analisada como segue:

	2017	2016
Acréscimos e diferimentos ativos		
Gastos diferidos com rendas	29.029	28.873
Gastos diferidos com seguros	5.388	5.853
Outros gastos diferidos	95.941	114.700
Outros rendimentos a acrescer	200.688	89.041
Juros a receber	8.057	9.442
Outros acréscimos de rendimentos	344.096	341.571
Total	683.199	589.480
Acréscimos e diferimentos passivos		
Acréscimos de custos com remunerações	2.233.361	2.113.393
Acréscimos de custos com fornecimentos externos ainda não faturados (a)	1.432.136	1.234.280
Rendimentos diferidos (b)	1.060.475	778.627
Total	4.725.972	4.126.301

(a) A rubrica “Acréscimos de custos com fornecimentos externos ainda não faturados” apresenta uma variação que diz respeito essencialmente ao aumento dos acréscimos de custos com trabalhos especializados, rendas e comunicações e custos com prestação de serviços estimados da Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A..

(b) Na rubrica “Rendimentos diferidos”, estão registados os valores recebidos referentes aos contratos para os quais a Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A. já assumiu a responsabilidade, e onde a mesma é extensível por mais do que um ano.

29. AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DE OUTROS ATIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo regulador.

	2017		
	Seguro não Vida		
Rubricas	Total de ativos afetos	Livres	Total
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	21.823.716	21.823.716
Outros investimentos financeiros	38.796.882	8.437.195	47.234.076
Outros ativos	-	13.293.239	13.293.239
	38.796.882	43.554.150	82.351.032

	2016		
	Seguro não Vida		
Rubricas	Total de ativos afetos	Livres	Total
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	23.194.382	23.194.382
Outros investimentos financeiros	37.856.706	4.878.141	42.734.847
Outros ativos	996	11.103.766	11.104.762
	37.857.702	39.176.290	77.033.992

30. PASSIVOS POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é analisado como segue:

	2017	2016
Contribuição para Fundo de Pensões	30.416	1.613
Prémio de Permanência	57.853	55.273
	88.269	56.886

31. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é analisado como segue:

	2017	2016
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Tomadores de seguro - estornos a pagar	78.626	55.470
Mediadores	50.953	63.778
	129.580	119.248
Contas a pagar por outras operações de resseguro		
Resseguradores	13.185	588
Ressegurados	17.051	374
	30.236	963
Contas a pagar por outras operações		
Fornecedores	515.063	267.010
Pessoal	4.664	3.297
Credores diversos (a)	1.755.467	1.186.033
Refaturação Gestão de Usados (b)	1.724.226	1.440.434
	3.999.420	2.896.773
TOTAL	4.159.237	3.016.984

(a) Em 31 de dezembro de 2017 o aumento na rubrica “Credores diversos” diz respeito ao acréscimo de atividade e consequentemente de saldos a pagar na EA Argentina.

(b) A rubrica de “Refaturação Gestão de Usados” apresenta um aumento resultante do reforço de adiantamentos por conta de arranjos a decorrer em viaturas usadas (Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A.).

32. OUTRAS PROVISÕES

Esta rubrica destina-se a registar as responsabilidades para as quais se estima um exfluxo financeiro futuro. O saldo apresentado é relativo, essencialmente a ações judiciais e respetivos encargos.

Em 31 de dezembro de 2017 o valor provisionado ascendeu aos 148.410 euros (2016: 184.102 euros).

33. CAPITAL, OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL, RESERVAS DE REAVALIAÇÃO, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Capital

i) Indicação dos objetivos e políticas de gestão do capital

A adequação do capital é definida por forma a incorporar uma margem considerada adequada face ao mínimo requerido legalmente para absorver até determinado limite, perdas resultantes das alterações nas taxas de juro e da desvalorização de ações e unidades de participação, assim como potenciais perdas inesperadas.

A principal fonte de capital utilizada pela Companhia é o capital acionista.

Os requisitos de capital reais e previsionais da Companhia são analisados e reavaliados numa base mensal.

No exercício de 2017 e 2016, a política de gestão de capital da Companhia manteve-se estável, sendo a sua solvabilidade adequada face às responsabilidades assumidas.

A Companhia monitoriza a solvência numa ótica trimestral. O cálculo do rácio de solvência é realizado de acordo com a Lei nº 147/2015 de 9 de setembro de 2015 que transpõe a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europa e do Conselho (Diretiva "Solvência II"), publicada em 25 de novembro de 2009, sendo baseada em informação financeira estatutária.

A Companhia fechou o exercício de 2017 com um montante de Capitais próprios de 40 milhões de euros, valor que é superior ao valor registado em 2016, que se cifrou em 39,7 milhões de euros.

Esta evolução é explicada essencialmente pela valorização cambial dos investimentos detidos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos de (3,64) milhões de euros e pelo resultado alcançado no exercício de 9 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social encontra-se representado por 1.500.000 de ações nominativas, integralmente subscritas e realizadas, com o valor nominal de 5,00 euros cada, conforme detalhado no quadro abaixo.

	Número de ações		
Entidade	2017	2016	% Capital Social
Europ Assistance Holding (França)	795.000	795.000	53,00%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A	705.000	705.000	47,00%
	1.500.000	1.500.000	100,00%

Outros instrumentos de capital

Em 2009, os acionistas da Europ Assistance efetuaram prestações acessórias pecuniárias, no montante de 4.500.000 euros, as quais se encontram registadas em Outros Instrumentos de Capital (2.384.991 euros da Europ Assistance Holding, 1.085.000 euros do Banco Espírito Santo, 1.080.000 euros da Companhia de Seguros Tranquilidade e ainda 9 euros dos restantes acionistas). As referidas prestações foram aprovadas na ata n.º 21 da Assembleia Geral de 23 de janeiro de 2009 e os estatutos da Companhia foram alterados em conformidade. As prestações acessórias não têm prazo de reembolso nem vencem juros.

Durante o ano de 2011, a Companhia procedeu ao pagamento do montante de 1.500.000 euros aos acionistas a título de reembolso parcial das prestações acessórias de que são titulares em proporção das respetivas participações. Este reembolso foi aprovado na ata n.º 27 da Assembleia Geral, de 8 de julho de 2011. As prestações acessórias efetuadas pelo acionista Banco Espírito Santo transitaram para o acionista Companhia de Seguros Tranquilidade após a alteração da estrutura acionista ocorrida em 2011.

Reservas

i) Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido. Em 31 de dezembro de 2017 a reserva legal ascendia a 3.015.112 euros (2016: 2.452.391 euros).
A 31 de dezembro de 2017 e 2016 o saldo desta rubrica contempla ainda o valor da reserva legal das entidades consolidadas pelo método integral.

ii) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos classificados como disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.
Em 31 de dezembro de 2017 a reserva de reavaliação ascendia a 920.143 euros (2016: 1.327.898 euros).

As reservas de reavaliação de diferenças de câmbio refletem os ajustamentos decorrentes da conversão da moeda funcional das contas individuais para o Euro relativas às empresas filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.

Em 31 de dezembro de 2017 a reserva de reavaliação de diferenças de câmbio ascendia a (7.454.138) euros (2016: (3.809.207) euros).

iii) Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem. Em 31 de dezembro de 2017 a reserva por impostos diferidos ascendia a (234.636) euros (2016: (338.614) euros). Ver nota 27.

Resultados por ação

Os resultados por ação básicos e diluídos são os seguintes:

	2017	2016
Resultado líquido	9.014.590	6.581.270
Número de ações	1.500.000	1.500.000
Resultado por ação básico (euros)	6,01	4,39

Dividendos por ação

O resultado líquido do exercício de 2016 deduzido dos dividendos antecipados no valor de 1.150.000 euros foi aplicado conforme se segue:

Reserva Legal	566.625 euros
Dividendos	3.900.000 euros
Resultados Transitados	964.645 euros

O valor distribuído por ação corresponde a 3,37 euros por ação.

34. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em filiais tem a seguinte distribuição por entidade:

	2017	2016
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	324	507
Europ Assistance Macau, Lda.	15.890	18.131
Europ Assistance Argentina, S.A.	580.739	248.459
	596.954	267.096

A parcela do lucro consolidado atribuível a acionistas minoritários em 2017 e 2016 apresenta o seguinte detalhe:

	2017	2016
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	(243)	(344)
Europ Assistance Macau, Lda.	(17)	(18)
Europ Assistance Argentina, S.A.	(475.304)	(63.154)
	(475.564)	(63.516)

35. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A empresa-mãe da Companhia é a Europ Assistance Holding, com sede em França.
O Grupo Europ-Assistance é detido pela Assicurazioni Generali Spa, com sede em Itália.

A Companhia realiza várias operações com entidades relacionadas. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o montante dos ativos, passivos, rendimentos e gastos relativos a operações realizadas com partes relacionadas resumem-se como segue:

Ano de 2017:

EMPRESA	DESCRIÇÃO DA TRANSAÇÃO	SALDO BALANÇO	GASTO	RENDIMENTO
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	RESSEGURO CEDIDO	-	-	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	ROYALTIES	-	180.352	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	MANAGEMENT FEES	-	1.043.688	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.590.000)	-	-
SEGURADORAS UNIDAS, S.A.	PRÉMIOS DE RESSEGURO ACEITE	2.272.249	-	28.464.712
SEGURADORAS UNIDAS, S.A.	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.410.000)	-	-
SEGURADORAS UNIDAS, S.A.	COMISSÕES	(797)	602.240	-
SEGURADORAS UNIDAS, S.A.	SERVIÇOS PRESTADOS	244.786	-	75.449
EA BRASIL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	-	-	-
EA CHILE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	-	-	-

Ano de 2016:

EMPRESA	DESCRIÇÃO DA TRANSAÇÃO	SALDO BALANÇO	GASTO	RENDIMENTO
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	RESSEGURO CEDIDO	996	-	19.258
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	ROYALTIES	-	185.596	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	MANAGEMENT FEES	-	373.938	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.590.000)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	PRÉMIOS DE RESSEGURO ACEITE	173.939	-	15.430.043
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.410.000)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	COMISSÕES	(588)	1.550.084	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	SERVIÇOS PRESTADOS	8.469	-	68.858
EA BRASIL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	-	-	517.739
EA CHILE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	21.647	-	43.301

É convicção da Administração que todas as operações realizadas com empresas relacionadas foram efetuadas a preços de mercado, idênticos a preços praticados em transações semelhantes com outras entidades.

Remuneração dos órgãos sociais
Ver nota 9.

36. GESTÃO DOS RISCOS – (VALORES RETIRADOS DO ANEXO INDIVIDUAL DA COMPANHIA)

Política, Objetivos e Processo de Gestão de Riscos

A Companhia encontra-se exposta a um conjunto de riscos que resultam da sua atividade. A continuidade das operações depende, de forma crítica, da eliminação ou controlo dos riscos que podem significativamente afetar uma gestão sã e prudente e, deste modo, comprometer os objetivos estratégicos. É através do conhecimento da natureza, significância e dimensão dos riscos a que se encontra exposta, que a Companhia poderá garantir a solidez do negócio e o seu crescimento sustentado.

Neste sentido, a Administração comprometeu-se a incluir, nos processos internos de tomada de decisão, a consideração dos fatores de risco que estão associados à atividade, a desenvolver o seu conhecimento e controlo sobre tais riscos e a implementar, manter e monitorizar um sistema de controlo interno e de gestão de riscos eficaz e dirigido à envolvência de risco a que a Companhia se encontra sujeita. O compromisso passa também pela garantia dos recursos necessários e pela promoção de uma cultura organizacional que reconheça a importância do controlo interno e da gestão de riscos.

Na sua generalidade, a atividade de controlo interno e de gestão de riscos compreende o seguinte:

- Assegurar a eficiência e eficácia das operações, o desempenho prudente da atividade, a salvaguarda dos ativos e uma correta e adequada avaliação de ativos e responsabilidades;
- Assegurar a identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo dos riscos a que a Companhia se encontra exposta, interna e externamente, garantindo que os mesmos se mantêm a um nível que não afete significativamente a sua situação financeira nem os interesses dos credores e acionistas;
- Criar as condições para a existência e prestação de informação fiável e completa;
- Criar as condições para o cumprimento de preceitos legais e regulatórios, assim como de políticas e procedimentos internos.

O Sistema de Controlo Interno e de Gestão de Riscos assenta numa estrutura organizacional adequada à dimensão, atividade e nível de complexidade da Companhia, tendo em consideração a natureza e a especificidade dos riscos que a mesma pretende assumir sob as orientações definidas pela Administração e pelo Grupo.

A testagem e avaliação do sistema são devidamente planeadas e documentadas, sendo o mesmo continuamente revisto e sujeito a processos de auditoria interna e melhoria contínua.

Estratégia

A Companhia ao assumir os riscos dos seus clientes, o que faz por via dos processos de subscrição de seguro direto e resseguro aceite, obriga-se a fazer uma gestão adequada à defesa dos interesses que lhe foram confiados. Por outro lado, comprometeu-se a assegurar um retorno estável aos seus acionistas.

A estratégia vai no sentido de conduzir o negócio de forma simultaneamente equilibrada e diversificada, criando e aproveitando oportunidades de negócio, potenciando vantagens competitivas, diversificando risco, evitando riscos com volatilidade suscetível de causar ruturas, minimizando o risco operacional e garantindo um bom nível reputacional no mercado.

Categorias de Risco

Foram definidas pela Companhia as seguintes categorias de risco:

- **Risco técnico (ou risco específico de seguros):** risco associado à comercialização de contratos de seguro, envolvendo portanto questões relacionadas com tarifação e rentabilidade, provisionamento de responsabilidades técnicas e cobertura de sinistros.

- **Risco de crédito**: risco de perda, ou de evolução desfavorável da situação financeira, decorrente de variações da qualidade de crédito dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes e devedores, sob a forma de risco de incumprimento pela contraparte.

- **Risco de mercado**: risco de perda, ou de evolução desfavorável da situação financeira, direta ou indiretamente ligada às variações do nível e da volatilidade dos preços de mercado dos elementos do ativo e do passivo, bem como dos instrumentos financeiros. Inclui assim movimentos registados em taxas de juro, ações, valores imobiliários, taxas de câmbio e 'spreads", bem como o risco associado a uma concentração excessiva numa única contraparte (ainda no âmbito do risco de mercado).

- **Risco operacional**: risco de perdas resultantes de procedimentos internos inadequados ou deficientes, do pessoal ou dos sistemas, ou ainda de eventos externos. Inclui assim: má conduta profissional intencional (fraude interna); atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa); práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho; clientes, produtos e práticas comerciais; eventos externos que causem danos nos ativos físicos; interrupção da atividade e falhas nos sistemas; riscos relacionados com os processos de negócio; risco de incorrer no incumprimento de disposições legais ou regulatórias (risco de 'compliance').

- **Outros riscos:**

- *Risco de liquidez:* risco de exposição a perdas na eventualidade de existirem poucos ativos com liquidez para cumprir os pagamentos das responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas.

- *Risco estratégico:* risco do impacto atual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado.

- *Risco de reputação:* risco de perdas resultantes da deterioração da reputação da Companhia ou da sua posição no mercado, devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionistas, autoridades de supervisão ou público em geral.

36.1 RISCO TÉCNICO OU ESPECÍFICO DE SEGUROS

Este risco contempla as seguintes áreas:

- **Coberturas de seguro:** probabilidade e impacto potencial resultantes da Companhia assumir exposições a riscos pouco conhecidos ou compreendidos, sujeitos a desenvolvimentos não antecipados ou catástrofes.

- **Tarifação ('Pricing'):** adequação do preço face ao risco assumido, tendo por base a experiência de sinistralidade e dados históricos.

- **Provisionamento**: risco associado à adequação e monitorização das provisões técnicas, nomeadamente o risco de desadequação temporal nas provisões para prémios e insuficiência das provisões para sinistros face aos custos com sinistros.

A este respeito, nos exercícios de 2017 e 2016 verificaram-se os seguintes desvios no número de sinistros ocorridos:

	2017		Variação
	Real	Orçamento	percentual
Número de sinistros ocorridos			
Acidentes e doença	-	27	-100,00%
Responsabilidade civil geral	-	-	0,00%
Assistência	409.516	384.451	6,52%
Proteção jurídica	598	438	36,53%
Perdas pecuniárias diversas	1.817	2.160	-15,88%
Total	411.931	387.076	6,42%

	2016		Variação
	Real	Orçamento	percentual
Número de sinistros ocorridos			
Acidentes e doença	27	56	-51,79%
Responsabilidade civil geral	-	-	0,00%
Assistência	388.999	375.452	3,61%
Proteção jurídica	974	902	7,98%
Perdas pecuniárias diversas	1.479	1.459	1,37%
Total	391.479	377.869	3,60%

	2017	2016
Número de apólices (Seguro direto)	837	866
Rácio de sinistralidade	80,80%	78,74%

Sendo a atividade da Companhia em 2017 cerca de 92% em resseguro aceite não é possível efetuar análises sobre as concentrações de risco de seguros (2016: 92%).

Análise de sensibilidade:

(em milhares de euros)

Incidência de análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2017	2016
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercicio, liquidos de resseguro	(1.892)	(1.781)
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, liquidos de resseguro	(584)	(635)

36.2 RISCOS DE CRÉDITO

Por um lado, este risco está associado a pagamentos de mediadores, corretores, clientes institucionais e utilizadores finais, ou seja, **intermediários e clientes.**

- Os procedimentos de gestão do risco de crédito têm o seu enfoque na avaliação do risco de crédito do cliente ou mediador proposto e no controlo de cobranças, tendo sido desenvolvidos controlos específicos para este efeito.

- As relações com resseguradores são consideradas residuais, pelo que o risco é também diminuto. Para além disso, o maior ressegurador faz parte do Grupo internacional e efetuam-se monitorizações regulares às contas-correntes dos resseguradores.

- As relações com mediadores são igualmente residuais: em 2017, a Companhia comissionou apenas 16.69% do total de prémios de seguro direto (2016: 18,11%) e 1,37% do total de prémios brutos emitidos (2016: 1,42%). Para além disso, são regularmente monitorizados os montantes em dívida e a sua antiguidade.

Por outro lado, a Companhia está exposta ao risco de crédito através das obrigações emitidas pelas contrapartes que compõem as suas carteiras de títulos: **risco de incumprimento da contraparte**.

- Os títulos expostos a este risco são maioritariamente obrigações corporate, cerca de 66,33% do total (2016: 64,60%).

- Estão implementadas medidas apropriadas relativamente aos investimentos em que existam expectativas de sofrerem um corte no *rating* para níveis abaixo de *investment grade*.

- A política de investimento da Companhia segue as linhas orientadoras definidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e pela empresa-mãe do Grupo (estas últimas integradas num documento designado ‘Group Risk Guidelines’).

Os quadros abaixo, ilustram a exposição da Companhia ao risco de crédito, em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

(em milhares de euros)

	2017		2016	
Rating	%	Valor	%	Valor
AAA	21,28%	6.874	16,07%	4.717
AA	16,24%	5.244	27,65%	8.114
A	30,48%	9.845	23,33%	6.849
BBB	32,00%	10.334	32,59%	9.565
BB	0,00%	-	0,36%	106
B	0,00%	-	0,00%	-
CCC	0,00%	-	0,00%	-
UNRATED	0,00%	-	0,00%	-
Total	100,00%	32.297	100,00%	29.351

Verificamos acima que cerca de 68,00% da carteira exposta a este risco é composta por títulos de emitentes com *rating* igual ou superior a "A" (2016: 67,05%). Este *mix* não apresenta tendência para deteriorações por consequência da continuidade da política de investimentos instituída.

Por outro lado, a exposição à dívida pública por país é a seguinte:

Títulos de Dívida	**Valor escriturado 2017**	**Peso**
Portugal	-	0,00%
Alemanha	1.713.314	32,22%
Finlandia	-	0,00%
França	1.149.402	21,61%
Itália	-	0,00%
Coreia do Sul	526.772	9,91%
Holanda	1.480.829	27,85%
Singapura	447.321	8,41%
Total	**5.317.638**	**100,00%**

Títulos de Dívida	**Valor escriturado 2016**	**Peso**
Portugal	-	0,00%
Alemanha	1.768.758	31,89%
Finlandia	1.114.104	20,09%
França	1.166.692	21,04%
Itália	-	0,00%
Coreia do Sul	536.962	9,68%
Holanda	509.420	9,19%
Singapura	449.873	8,11%
Total	**5.545.808**	**100,00%**

36.3. RISCO DE MERCADO

Este risco está associado à gestão de ativos financeiros, de acordo com os procedimentos definidos na Companhia e a variações nos mercados. Na ótica da Companhia, decompõe-se em risco de ações, risco de taxa de juro, *risco de spread,* risco imobiliário, risco cambial e risco de concentração.

A política de investimentos definida pela Companhia está refletida no contrato celebrado com a GNB Gestão de Ativos, S.A.. É claramente expressa como sendo diversificada e prudente, tendo em atenção o *asset allocation* acordado entre as partes.

Neste sentido, o investimento em ativos financeiros por parte da Companhia deve observar os seguintes princípios gerais:

- Os investimentos devem ser efetuados em ativos passíveis de constituir reservas técnicas, de acordo com a regulamentação aplicável;
- Os investimentos devem respeitar objetivos de retorno, segurança e liquidez;
- Devem ser respeitados os princípios de dispersão e diversificação.

A política de investimento estabelece limites relativos à alocação por categoria de ativo, bem como limites aos investimentos em obrigações por *rating*, moeda, liquidez das emissões, concentração de mercado e taxa de juro. A implementação e monitorização são asseguradas pela Administração e pela Direção Administrativa e Financeira.

Ao longo do ano de 2017 a duração dos ativos foi sendo gerida tendo em vista a sua adequação à duração dos passivos, situando-se dentro dos limites no final do ano. Ainda dentro do risco de mercado, é de referir a exposição aos vários riscos resultantes das flutuações nos preços das ações e nos mercados de capitais de uma forma geral.

Estes riscos derivados dos mercados financeiros poderão afetar a liquidez da Companhia, os rendimentos planeados, os ativos líquidos e a situação do capital perante os requisitos da Entidade Reguladora, nomeadamente através do Requisito de Capital Exigido no regime de Solvência II. Adicionalmente, poderão ter efeitos colaterais nas restantes classes de ativos, como fundos de imóveis de empresas cotadas do setor, com eventuais repercussões ao nível da dívida emitida pelas mesmas.

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo.
- Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.
- Nível 3 - Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categoria são determinadas em cada data de reporte.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, A Europ Assistance, detém os seguintes ativos financeiros ao justo valor classificados de acordo com os seguintes níveis:

	2017		
	Nível 1	Nível 3	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De dívida pública	5.317.638	-	5.317.638
De outros emissores públicos	3.736.173	-	3.736.173
De outros emissores	23.243.482	-	23.243.482
Ações	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	2.126.411	619.162	2.745.572
	34.423.703	619.162	35.042.865
	34.423.703	619.162	35.042.865

	2016		
	Nível 1	Nível 3	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De dívida pública	5.545.808	-	5.545.808
De outros emissores públicos	2.491.458	-	2.491.458
De outros emissores	21.313.583	-	21.313.583
Ações	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	2.512.447	1.129.785	3.642.232
	31.863.296	1.129.785	32.993.081
	31.863.296	1.129.785	32.993.081

Nos exercícios de 2017 e 2016 o movimento ocorrido nos Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda cuja valorização é efetuada de acordo com o nível 3 é apresentado conforme segue:

	Quantidade	Valor
Saldo em 01 de janeiro de 2016	11	1.053.141
Aquisições	-	-
Alienações	-	-
Reserva de justo valor	-	76.644
Saldo em 31 de dezembro de 2016	11	1.129.785
Aquisições	-	-
Alienações	(4)	(426.360)
Reserva de justo valor	-	(84.263)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7	619.162

O investimento classificado como nível 3 reflete a detenção de unidades de participação no fundo de investimento Nova Energia Sicar, a valorização deste ativo é comunicada pela entidade gestora do fundo.

Nos exercícios de 2017 e 2016 não ocorreram transferências de ativos financeiros entre os diferentes níveis.

Análises de sensibilidade:

(em milhares de euros)

Incidência de análise	Cenários	Impacto nas reservas de justo valor antes de impostos	
		2017	2016
Ações	Descida de 10% nos valores do mercado bolsista	-	-
Fundos de ações	Descida de 10% nos valores do mercado bolsista	(275)	(251)

Os valores apresentados foram calculados sem considerar o efeito de quaisquer medidas de mitigação que possam ser consideradas. Por outro lado, as análises consideradas não refletem qualquer expectativa relativamente a desenvolvimentos futuros dos mercados de capitais: servem apenas para avaliar a suscetibilidade das carteiras de ativos aos choques considerados.

Risco cambial

O risco cambial na Companhia é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao euro. Relativamente à percentagem de ativos cuja moeda é o dólar norte-americano, representam em 2017 uma importância de 7,93% (2016: 8,23%) face ao total da carteira de investimentos.

Risco imobiliário

Não são efetuados quaisquer investimentos que confiram exposição direta ou indireta ao mercado imobiliário, pelo que não há exposição da Companhia ao risco imobiliário.

Risco de taxa de juro

A Companhia encontra-se exposta a este risco através de todos os ativos financeiros cujo valor seja sensível a alterações das taxas de juro, sobretudo as obrigações.

Análise de sensibilidade da subida na curva de taxa de juro:

(em milhares de euros)

Incidência de análise	Cenários	Impacto nas Reservas de justo valor antes de impostos	
		2017	2016
Taxa de juro	Subida de 50 b.p. na curva de taxa de juro - Obrigações tx fixa	(406)	(413)

Risco de concentração

Estão implementadas na Companhia rotinas para monitorizar os limites de exposição ao risco por emitente individual e agregado, de forma a evitar o risco de concentração, pelo que é avaliada a exposição a empresas afiliadas ou subsidiárias dos diversos emitentes.

A diversificação dos ativos financeiros por setores de atividade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontra-se apresentada conforme segue:

(em milhares de euros)

	Ativos Financeiros disponíveis para venda					
	2017			2016		
Setor de atividade	%	Valor bruto	Imparidade	%	Valor bruto	Imparidade
Recursos Básicos	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Comunicações	1,15%	403	-	2,37%	781	-
Bens Consumiveis	1,12%	394	-	1,17%	387	-
Energia	0,00%	-	-	1,37%	450	-
Financeiro	45,28%	15.869	-	32,70%	10.790	-
Fundos	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Divida Publica	12,39%	4.344	-	13,82%	4.559	-
Industrial	21,00%	7.358	-	26,66%	8.797	-
Medicina	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Tecnologia	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Serviços Publicos / coletivos	11,21%	3.929	-	10,87%	3.587	-
Outros	7,83%	2.746	-	11,04%	3.642	-
Total	100,00%	35.043	-	100,00%	32.993	-

36.4. RISCO OPERACIONAL

Este risco está associado a perdas resultantes de eventuais falhas em procedimentos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Dizem-lhe assim respeito as questões de fraude, riscos com pessoal, *compliance*, gestão de clientes e produtos, danos em ativos físicos, falhas de sistemas, perturbação da continuidade de negócio e execução e gestão dos processos de sinistro. Para cada um dos riscos concretos foram definidos os respetivos controlos e outros fatores de mitigação, para além de ter sido desenvolvida a metodologia da sua avaliação específica.

Em 2017, o número médio de empregados aumentou 5,71% face a 2016, situando-se nos 333, em 31 de dezembro. A taxa de saída foi de 6,38, apresentando um acréscimo de 6,16% relativamente a 2016 (6,01). Por sua vez, a taxa de absentismo em 2017 foi de 7,56, apresentando um decréscimo de -0,53% relativamente a 2016 (7,60).

	2017	2016	Variação percentual
Rácios de recursos humanos			
Taxa de saída	6,38	6,01	6,16%
Taxa de absentismo	7,56	7,60	-0,53%
Nº médio de empregados	329	311	5,71%
Indicadores de produtividade			
Despesas gerais / Nr. Empregados	17.763	20.429	-13,05%
Despesas gerais / Resultados Liquidos	1,37	1,13	21,23%
Despesas gerais / Prémios	12,06%	14,15%	-14,73%

36.5 OUTROS RISCOS

Risco de Liquidez

Este risco está associado à adequação ou desadequação do fundo de maneio às necessidades totais de liquidez a curto, médio e longo prazo.

Os procedimentos de gestão do risco de liquidez têm o seu enfoque nos controlos dos processos de cobranças (perspetiva de liquidez). A existência de uma desadequação entre os valores de ativos e passivos no curto prazo, para equilíbrio da performance financeira, é mitigada com um maior cuidado na gestão dos fluxos financeiros.

Análise da liquidez:

	2017	Var %	2016
Liquidez (1)	1,18	-5,90%	1,25

(1) O rácio de liquidez mede a capacidade de liquidar o passivo com o ativo disponível a curto prazo, ou seja, a relação entre o total do passivo e o somatório dos investimentos, os depósitos bancários e caixa.

Risco Estratégico

Risco associado ao plano e opções estratégicas definidos pela Companhia. A gestão deste risco tem o seu enfoque na análise concorrencial e das condições de mercado, daí decorrendo a estratégia comercial.

No exercício de 2017 verifica-se um acréscimo das vendas no mercado automóvel (8%). Por outro lado, observa-se no mercado segurador um crescimento de 7,16% no ramo Não Vida e um crescimento de 6,23% no ramo Vida.

fonte: Acap

	2017*	Variação percentual	2016	Variação percentual	2015
Total mercado automóvel	266.386	8%	247.343	16%	213.645

* Valores provisórios

Quadro 1 - Produção* de seguro direto em Portugal - Mercado

fonte: ASF

Valores expressos em milhões de Euros

	2017*	Variação percentual	2016*	Variação percentual	2015*
Vida	7.062	6,23%	6.648	-23,31%	8.669
Não Vida	4.490	7,16%	4.190	5,01%	3.990
TOTAL	11.552	6,59%	10.838	-14,39%	12.659

* Valores provisórios

Quadro 2 - Produção* de seguro direto em Portugal por ramos – Mercado (Não Vida)

fonte: ASF

Valores expressos em milhares de Euros

	2017*	Variação percentual	2016*	Variação percentual	2015*
Não Vida					
Acidentes e Doença					
Acidentes de trabalho	705.167	13,02%	623.958	12,22%	555.992
Doença	751.275	8,30%	693.680	11,68%	621.132
Acidentes (outros)	177.711	8,05%	164.474	-4,13%	171.566
Incêndio e Outros Danos	802.063	3,32%	776.268	1,60%	764.006
Automóvel	1.610.169	5,79%	1.522.071	3,49%	1.470.746
Marítimo e Transportes	24.715	1,15%	24.433	-2,32%	25.012
Aéreo	7.043	11,19%	6.334	-9,22%	6.978
Mercadorias Transportadas	22.145	3,29%	21.439	-4,79%	22.518
Responsabilidade Civil Geral	123.302	7,22%	114.994	2,29%	112.420
Diversos	266.585	9,90%	242.581	1,08%	239.997
TOTAL	**4.490.175**	**7,16%**	**4.190.231**	**5,01%**	**3.990.367**

* Valores provisórios

Quadro 3: Produção de seguro direto dos ramos Não Vida - Mercado

fonte: ASF

Valores expressos em milhares de Euros

	2017*	Peso	2016*	Peso	2015*
Não Vida					
Acidentes e Doença					
Acidentes de trabalho	705.455	15,50%	624.105	14,68%	557.984
Doença	754.267	16,57%	696.018	16,37%	622.760
Acidentes (outros)	182.596	4,01%	169.553	3,99%	176.909
Incêndio e Outros Danos	822.371	18,07%	794.673	18,69%	783.870
Automóvel	1.612.663	35,43%	1.526.432	35,90%	1.475.227
Marítimo e Transportes	24.716	0,54%	24.433	0,57%	25.001
Aéreo	7.043	0,15%	6.334	0,15%	6.993
Mercadorias Transportadas	22.245	0,49%	21.519	0,51%	22.844
Responsabilidade Civil Geral	126.001	2,77%	117.308	2,76%	115.363
Diversos	294.599	6,47%	271.549	6,39%	261.579
TOTAL	**4.551.955**	**100,00%**	**4.251.925**	**100,00%**	**4.048.529**

* Valores provisórios

fonte: ASF / APS / Benchmark's

Quota de Mercado (Assistência)	2017 Proj	2016	**Var %**	2015	**Var %**
Europ Assistance	26%	33%	**-21,2%**	35%	**-5,7%**
Fidelidade Assistance	26%	27%	**-3,7%**	25%	**8,0%**
Inter Partner	11%	12%	**-8,3%**	10%	**20,0%**
Allianz Global Assistance	9%	8%	**12,5%**	7%	**14,3%**
	72%	80%	**-10,0%**	77%	**3,9%**

37. SOLVÊNCIA

A 1 de janeiro de 2017 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro.

Nesse contexto, foi publicada a Lei n.º 147/2016, de 9 de setembro, que transpõe para o Direito interno aquela Diretiva introduzindo alterações muito significativas ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora (RJASR), procedendo, igualmente, a algumas alterações, quer ao regime do contrato de seguro, quer ao regime dos fundos de pensões, entre outros.

O regime de solvência II encontra-se estruturado em três pilares.

Pilar I (requisitos quantitativos)

O regime de solvência II definiu critérios para a avaliação económica do ativo e do passivo da empresa de seguros e assim determinar os fundos próprios elegíveis para efeitos de requisitos de capital.

O novo regime define agora dois níveis de solvência: o Requisito de Capital Mínimo (MCR) e o Requisito de Capital de Solvência (SCR). O MCR estabelece o primeiro nível de alerta, correspondendo ao montante de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades da seguradora. O SCR é calculado tendo em conta todos os riscos a que uma empresa de seguros pode estar exposta, designadamente os riscos de mercado, de crédito, específicos de seguros e operacionais. O SCR pretende garantir a existência de fundos elegíveis em montante suficiente para absorver perdas significativas decorrentes dos riscos a que uma empresa de seguros pode estar exposta.

Nos termos do previsto no RJASR, caso a empresa de seguros verifique que o SCR ou o MCR deixou de ser cumprido ou que existe o risco de incumprimento nos três meses subsequentes, mesmo que circunstancial ou temporariamente, informa de imediato a ASF.
No caso de incumprimento do SCR, deve submeter a esta Autoridade um plano de recuperação no prazo de dois meses e tomar as medidas necessárias para assegurar, no prazo de seis meses, o restabelecimento de um nível de fundos próprios elegíveis que dê cobertura ao SCR ou a redução do seu perfil de risco.

No caso de incumprimento do MCR ou da verificação do risco de incumprimentos, deve ser remetido à ASF, no prazo de um mês, um plano de financiamento a curto prazo com vista a evitar o incumprimento ou ao restabelecimento dos fundos próprios de base elegíveis, pelo menos para o nível do MCR, ou com vista à redução do seu perfil de risco.

Pilar II (requisitos qualitativos e supervisão)

O regime de solvência II definiu requisitos qualitativos relacionados com a existência e manutenção sistemas de governação eficazes e de sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, incluindo sistemas que garantam a idoneidade e qualificação das pessoas que dirigem a empresa, a fiscalizam e são responsáveis por funções-chave (gestão de risco, auditoria interna, compliance e função atuarial).

Um dos principais requisitos deste pilar é a realização da autoavaliação do risco e da solvência (ORSA). Através deste exercício, a empresa deve efetuar uma avaliação prospetiva sobre a suficiência do capital disponível para atingir os seus objetivos de negócio tendo em conta o seu perfil de risco, bem como sobre a adequação do capital regulatório e efetuar a análise de solvência perante cenários de stresse.

No âmbito do regime de solvência II é elaborado e remetido um relatório do ORSA para o supervisor, pelo menos, anualmente.

Pilar III (reporte prudencial e divulgações públicas)

O pilar II estabelece os novos requisitos de divulgação de informação pública e de envio ao supervisor. Neste âmbito passa a ser divulgado anualmente um relatório sobre a solvência e situação financeira da empresa seguradora. No âmbito destes novos requisitos, a empresa de seguros reportou à ASF a informação de abertura de solvência II (1/1/2017) e o reporte trimestral previsto na regulamentação em vigor durante o ano de 2017.

Relativamente à solvência e situação financeira a 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia apresenta o seguinte:

	2017	2016
Fundos próprios disponíveis	37.650	36.545
Requisito de capital de solvência	19.674	20.301
Requisito de capital mínimo	8.395	7.801
Rácios:		
Fundos próprios disponíveis / Requisito de capital de solvência	191%	180%
Fundos próprios disponíveis / Requisito de capital mínimo	448%	468%

38. COMPROMISSOS

A Companhia apenas tem contratos de locação operacional, os quais abrangem equipamento informático e automóveis. Trata-se de contratos celebrados por prazos de 3 ou 4 anos, sendo que não se prevê a transferência de propriedade no final da locação.

As rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

Os valores base dos contratos são, respetivamente de 459.480 euros para Locarent e Leaseplan (2016: 800.798 euros) e 214.379 euros para HP Finance (2016: 169.278 euros).

	2017		
	Valores dos Contratos	Obrigações Futuras até 1 ano	Obrigações Futuras de 1 a 5 anos
Alugueres Operacionais Viaturas	459.480	96.522	89.224
Equipamento Informático	214.379	50.476	77.536
Total	673.858	146.998	166.760

	2016		
	Valores dos Contratos	Obrigações Futuras até 1 ano	Obrigações Futuras de 1 a 5 anos
Alugueres Operacionais Viaturas	800.798	184.494	261.252
Equipamento Informático	169.278	39.996	41.317
Total	970.077	224.490	302.569

39. EVENTOS SUBSEQUENTES

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

40. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES APLICÁVEIS AO EXERCÍCIO

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

a) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela Companhia:

IAS 7 Iniciativa de divulgação: alterações à IAS 7

As alterações à IAS 7 são parte do projeto de Iniciativas de divulgação do IASB e vem auxiliar os utilizadores das demonstrações financeiras a entenderem melhor as alterações à dívida da entidade. As alterações requerem que uma entidade divulgue as alterações nas suas responsabilidades relacionadas com atividades de financiamento, incluindo as alterações que surgem nos fluxos de caixa e de fluxos não-caixa (tais como ganhos e perdas cambiais não realizados).

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017. As entidades não necessitam de divulgar a informação comparativa.

Impacto

As alterações pretendem dar informação para ajudar os investidores a perceberem melhor as alterações na dívida da empresa.

IAS 12 Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas – alterações à IAS 12

O IASB emitiu alterações à IAS 12 para clarificar a contabilização de impostos diferidos ativos sobre perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor.

As alterações clarificam que uma entidade deve considerar se as regras fiscais do país restringem as fontes de proveitos tributáveis contra as quais podem ser efetuadas deduções quando da reversão de uma diferença temporária dedutível. Adicionalmente, as alterações proporcionam orientações sobre como uma entidade deve determinar os seus proveitos tributáveis futuros e explicar as circunstâncias em que esses proveitos tributáveis podem incluir a recuperação de certos ativos por um valor superior ao seu valor contabilístico.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017. No entanto, na aplicação inicial destas alterações, a alteração no capital próprio inicial do período comparativo mais antigo apresentado pode ser reconhecida nos resultados transitados iniciais do período comparativo mais recente apresentado (ou em outra componente do capital próprio, conforme apropriado), sem alocar essa alteração entre os resultados transitados iniciais e outras componentes de capital próprio. As entidades que apliquem esta opção devem divulgar esse facto.

Impacto

As alterações pretendem remover a divergência existente na prática no reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016, o IASB introduziu a seguinte melhoria, efetiva a partir de 1 de janeiro de 2017:

IFRS 12 Divulgações de interesses em outras entidades

Esta melhoria veio clarificar que os requisitos de divulgação da IFRS 12, para além dos previstos nos parágrafos B10 a B16, são aplicáveis aos interesses de uma entidade em subsidiárias, joint ventures ou associadas (ou parte do seu interesse em joint ventures ou associadas) que sejam classificadas (ou que estejam incluídas num grupo para venda que esta classificado) como detidas para venda.

Esta melhoria é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017 e deve ser aplicada retrospetivamente.

41. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2018 ou posteriores e que a Companhia não adotou antecipadamente são as seguintes:

a) Já endossadas pela UE:

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 - Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de ativos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade). A norma aplica-se a todos os réditos de contratos com clientes exceto se o contrato estiver no âmbito da IAS 17 (ou IFRS 16 - Locações quando for aplicada).

Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns ativos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e ativos intangíveis.

Esta norma realça os princípios que uma entidade deve aplicar quando efetua a mensuração e o reconhecimento do rédito. O princípio base é de que uma entidade deve reconhecer o rédito por um montante que reflita a consideração que ela espera ter direito em troca dos bens e serviços prometidos ao abrigo do contrato.

Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco passos:

(1) identificar o contrato com o cliente,

(2) identificar as obrigações de desempenho do contrato,

(3) determinar o preço de transação,

(4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e

(5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

A norma requere que uma entidade aplique o julgamento profissional na aplicação de cada um dos passos do modelo, tendo em consideração todos os factos relevantes e circunstâncias.

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais na obtenção de um contrato e os gastos diretamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

A norma deve ser aplicada em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação é retrospetiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a “full retrospective approach” ou a “modified retrospective approach”. É permitida a aplicação antecipada.

Clarificações à IFRS 15

Em abril de 2016, o IASB emitiu emendas à IFRS 15 para endereçar diversos assuntos relacionados com a implementação da norma. São as seguintes as emendas introduzidas:

- Clarificar quando é que um produto ou serviço prometido é distinto no âmbito do contrato

- Clarificar como se deve aplicar o guia de aplicação do tema principal versus agente, incluindo a unidade de medida para a avaliação, como aplicar o princípio do controlo numa transação de um serviço e como restruturar os indicadores

- Clarificar quando é que as atividades de uma entidade afetam significativamente a propriedade intelectual (IP) à qual o cliente tem direito, e que é um dos fatores na determinação se a entidade reconhece o rédito de uma licença ao longo do tempo ou num momento do tempo

- Clarificar o âmbito das exceções para royalties baseados nas vendas (sales-based) e baseados na utilização (usage-based) relacionados com licenças de IP (o constrangimento no royalty) quando não existem outros bens ou serviços prometidos no contrato

- Adicionar duas oportunidades práticas nos requisitos de transição da IFRS 15: (a) contratos completos na full retrospective approach; e (b) modificações de contratos na transição

Estas clarificações devem ser aplicadas em simultâneo com a aplicação da IFRS 15, para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospetiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a “full retrospective approach” ou a “modified retrospective approach”.

Impacto

Esta norma é mais exigente que a atual norma e tem mais guias para aplicação da norma. As divulgações também são mais extensas.

A Companhia não estima que venham a decorrer impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas decorrentes da aplicação da IFRS 15.

No exercício de 2017, a Companhia e as empresas participadas no perímetro de consolidação analisaram a norma IFRS 15 e atualmente encontra-se em avaliação os efeitos que ocorrerão nas demonstrações financeiras individuais, atendendo à natureza dos serviços prestados, onde as obrigações são claras e a execução dos serviços não é complexa.

IFRS 9 Instrumentos financeiros

O resumo desta norma por temas é o seguinte:

Classificação e mensuração de ativos financeiros

- Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - rendimentos de contratos com os clientes.

- Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objetivo de deter os ativos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objetivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de ativos financeiros, então o instrumento é medido pelo justo valor através do resultado integral (FVTOCI) com subsequente reclassificação para resultados.

- Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL. Além disso, existe uma opção que permite que os ativos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.

- Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento -a-instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

Classificação e mensuração dos passivos financeiros

- Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito devem ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve

ser apresentado no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.

- Todas os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

Imparidade

- Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.

- O modelo de PEC aplica-se: (i) aos instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos ativos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 - Locações.

- Geralmente, as entidades são obrigadas a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.

- A mensuração das PEC deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

Contabilidade de cobertura

- Os testes de eficácia de cobertura devem ser prospetivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura, sem o teste dos 80% -125%.

- Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.

- O valor temporal de uma opção, o elemento forward de um contrato forward e qualquer spread base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos da cobertura.

- Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação varia consoante os requisitos da norma sendo parcialmente retrospetiva e parcialmente prospetiva.

É permitida a aplicação antecipada.

Impacto

A aplicação da IFRS pode alterar a mensuração e a apresentação de instrumentos financeiros, dependendo dos respetivos cash-flows subjacentes e do modelo de negócio sob os quais os mesmos são detidos.

A imparidade resultará, de uma forma geral, num reconhecimento antecipado de perdas por imparidade.

O novo modelo de contabilidade de cobertura também poderá levar a que mais instrumentos possam ser contabilizados como de cobertura.

Aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4 - Alterações à IFRS 4

As alterações vêm dar tratamento a algumas das questões levantadas com a implementação da IFRS 9 antes da implementação da nova norma sobre contratos de seguros que o IASB irá emitir para substituir a IFRS 4.

Isenção temporária da IFRS 9

- A opção de isenção temporária da IFRS 9 está disponível para entidades cuja atividade esteja predominantemente relacionada com seguros.

- Esta isenção temporária permite que essas entidades continuem a aplicar a IAS 39 enquanto diferem a aplicação da IFRS 9 para no máximo até 1 de janeiro de 2021.

- Esta predominância deve ser avaliada no inicio do período do reporte anual que precede a data de 1 de abril de 2016 e antes da IFRS 9 ser implementada. Adicionalmente, esta avaliação da predominância só pode ser revista em situações raras.

- As empresas que apliquem esta isenção temporária terão de efetuar divulgações adicionais.

Impacto

A Companhia optou pela isenção temporária da IFRS 9 continuando a aplicar a IAS 39 até 1 de janeiro de 2021.

A Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial, na demonstração de ganhos e perdas e na demonstração de variações de capitais próprios decorrente da aplicação da IFRS 9 às empresas participadas no perímetro de consolidação.

Aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4 –Alterações à IFRS 4

A abordagem da sobreposição

- Esta abordagem é uma opção para as entidades que adotem a IFRS 9 e emitam contratos de seguro, de ajustar os seus ganhos ou perdas para ativos financeiros elegíveis; efetivamente tal resulta na aplicação da IAS 39 a estes ativos financeiros elegíveis.

- Os ajustamentos eliminam a volatilidade contabilística que possa surgir na aplicação a IFRS 9 sem a nova norma dos contratos de seguros.

- De acordo com esta abordagem, uma entidade pode reclassificar montantes de ganhos ou perdas para outros itens de resultado integral (OCI) para ativos financeiros designados.

- Uma entidade tem de apresentar uma linha separada para os impactos deste ajustamento de sobreposição na demonstração dos resultados, assim como na demonstração do resultado integral.

A isenção temporária é aplicável pela primeira vez para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. Uma entidade pode optar pela abordagem de sobreposição quando aplica pela primeira

vez a IFRS 9 e aplicar essa abordagem retrospetivamente para ativos financeiros designados na data de transição para a IFRS 9. A entidade deve alterar os comparativos por forma a refletir a abordagem da sobreposição se, e apenas se, alterar os comparativos quando aplica a IFRS 9.

Impacto

A abordagem de sobreposição requere que as empresas retirem alguma volatilidade da demonstração dos resultados a qual poderá surgir se aplicar a IFRS 9 juntamente com a IFRS 4.

Quando aplicam a isenção temporária, as empresas continuam a ter que fazer divulgações exigidas pela IFRS 9.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016, o IASB introduziu as seguintes melhorias que devem ser aplicadas retrospetivamente e são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018 (é permitida a adoção antecipada desde que devidamente divulgada).

IFRS 1 Adoção pela primeira vez das IFRS

Esta melhoria veio eliminar a isenção de curto prazo prevista para os adotantes pela primeira vez nos parágrafos E3-E7 da IFRS 1, porque já serviu o seu propósito (que estavam relacionados com isenções de algumas divulgações de instrumentos financeiros previstas na IFRS 7, isenções ao nível de benefícios de empregados e isenções ao nível das entidades de investimento).

Esta melhoria é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

IAS 28 Clarificação de que a mensuração de participadas ao justo valor através de resultados é uma escolha que se faz investimento a investimento

A melhoria veio clarificar que:

- Uma empresa que é uma empresa de capital de risco, ou outra entidade qualificável, pode escolher, no reconhecimento inicial e investimento a investimento, mensurar os seus investimentos em associadas e/ou joint ventures ao justo valor através de resultados.

- Se uma empresa que não é ela própria uma entidade de investimento detém um interesse numa associada ou joint venture que é uma entidade de investimento, a empresa pode, na aplicação do método da equivalência patrimonial, optar por manter o justo valor que essas participadas aplicam na mensuração das suas subsidiárias.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016

Esta opção é tomada separadamente para cada investimento na data mais tarde entre (a) o reconhecimento inicialmente do investimento nessa participada; (b) essa participada tornar-se uma entidade de investimento; e (c) essa participada passar a ser uma empresa-mãe.

IFRS 16 Locações

O âmbito da IFRS 16 inclui as locações de todos os ativos, com algumas exceções. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de um valor.

A IFRS 16 requere que os locatários contabilizem todos as locações com base num modelo único de reconhecimento no balanço (on-balance model) de forma similar como o tratamento que a IAS 17 dá às locações financeiras. A norma reconhece duas exceções a este modelo: (1) locações de baixo valor (por exemplo, computadores pessoais) e locações de curto prazo (i.e., com um período de locação inferior a 12 meses). Na data de início da locação, o locatário vai reconhecer a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e. o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e. o direito de uso –"right-of-use" ou ROU).

Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do ROU.

Os locatários deverão ainda de remensurar o passivo da locação mediante a ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período do leasing, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). O locatário irá reconhecer montante da remensuração do passivo da locação como um ajustamento no ROU.

A contabilização por parte do locatário permanece substancialmente inalterada face ao tratamento atual da IAS 17. O locador continua a classificar todas as locações usando os mesmos princípios da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locações: as operacionais e as financeiras.

A norma deve ser aplicada para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. A aplicação antecipada é permitida desde que seja igualmente aplicada a IFRS 15. A aplicação é retrospetiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a "full retrospective approach" ou a "modified retrospective approach".

Impacto

Para o locador, o padrão de reconhecimento dos custos da locação será acelerado. Alguns dos principais rácios, como o EBITDA, rácios financeiros, Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos da locação serão considerados dentro das atividades de financiamento.

As divulgações serão mais extensas.

Da adoção da IFRS 16, a Companhia estima os seguintes impactos no seu balanço com referência a 31

		Alterações polilticas contabilísticas (IAS 8)		
	31-12-2017	Locações (IFRS16)	Impostos diferidos (IAS 12)	31-12-2017 (reexpresso)
ATIVO				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.962.105	-	-	1.962.105
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	3.650.250	-	-	3.650.250
Ativos disponíveis para venda	35.042.865	-	-	35.042.865
Empréstimos e contas a receber	1.791.912	-	-	1.791.912
Outros ativos tangíveis				
Valor bruto	4.604.985	-	-	4.604.985
Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	(4.012.604)	-	-	(4.012.604)
Outros ativos intangíveis				
Valor bruto	1.109.057	1.791.683	-	2.900.740
Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	(1.081.576)	(1.456.401)	-	(2.537.976)
Outros devedores por operações de seguros e outras operações				
Valor bruto	5.948.392	-	-	5.948.392
Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	(575.403)	-	-	(575.403)
Ativos por impostos correntes	136	-	-	136
Ativos por impostos diferidos	99.555	-	3.784	99.555
Acréscimos e diferimentos	325.659	-	-	325.659
	48.865.331	335.282	3.784	49.200.613
PASSIVO				
Provisões técnicas	27.428.412	-	-	27.428.412
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	87.417	-	-	87.417
Outros credores por operações de seguros e outras operações	683.899	350.120	-	1.034.019
Passivos por impostos correntes	723.950	-	-	723.950
Passivos por impostos diferidos	234.636	-	-	234.636
Acréscimos e diferimentos	2.209.126	-	-	2.209.126
	31.367.442	350.120	-	31.717.562
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital	7.500.000	-	-	7.500.000
Outros instrumentos de capital	3.000.000	-	-	3.000.000
Reservas de reavaliação	920.143	-	-	920.143
Reserva por impostos diferidos	(234.636)	-	-	(234.636)
Outras reservas	2.699.500	-	-	2.699.500
Resultados transitados	(652.326)	(14.838)	3.784	(667.164)
Resultado do exercício	4.265.209	-	-	4.265.209
	17.497.889	(14.838)	3.784	17.483.051
	48.865.331	335.282	3.784	49.200.613

de dezembro de 2017:

- O reconhecimento de um ativo intangível decorrente do direito da utilização de viaturas e equipamentos informáticos em regime de locação operacional e decorrentes do arrendamento das instalações da Companhia.

- O reconhecimento de um passivo decorrente dos compromissos assumidos junto das entidades locadoras e arrendatária do edifício.

A Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial, na demonstração de ganhos e perdas e na demonstração de variações de capitais próprios decorrente da aplicação da IFRS 16 às empresas participadas no perímetro de consolidação.

IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto

As emendas procuram resolver o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 quando estamos perante a perda de controlo de uma subsidiária que é vendida ou transferida para associada ou empreendimento conjunto.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transações de venda ou entregas de ativos por um investidor (incluindo as suas subsidiárias consolidadas) à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transações envolvam, ou não, ativos que constituam um negócio tal como definido na IFRS 3 - Combinações de Negócios.

Quando as transações constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor. Porém, se o ativo transferido não constituir um negócio, o ganho ou perda deve continuar a ser reconhecido apenas na extensão que diga respeito aos restantes investidores (não relacionados).

Em dezembro de 2015 o IASB decidiu diferir a data de aplicação desta emenda até que sejam finalizadas quaisquer emendas que resultem do projeto de pesquiza sobre o método da equivalência patrimonial. A aplicação antecipada desta emenda continua a ser permitida e tem de ser divulgada. As alterações devem ser apicadas prospectivamente.

Impacto

As alterações vêm eliminar a diversidade de práticas existentes dado aos preparadores das demonstrações financeiras um conjunto de princípios aplicáveis a estas transações.

No entanto continua a existir julgamento profissional na definição de um negócio.

IFRS Practice Statement 2: Efetuar julgamentos sobre a materialidade

Às empresas é permitido aplicarem as orientações do Practice Statement (PS) na preparação das demonstrações financeiras que sejam preparadas em qualquer altura após 14 de setembro de 2017.

O PS contém orientações não obrigatórias para as empresas efetuarem julgamentos sobre a materialidade quando preparam as demonstrações financeiras. O PS também ajuda os leitores das demonstrações financeiras a entender como a entidade efetua os seus julgamentos sobre a materialidade quando prepara essas demonstrações financeiras.

O PS contém orientações sobre três áreas principais:

- Caraterísticas gerais da materialidade.

- Um processo de quatro passos que pode ser usado quando se efetua um julgamento sobre a materialidade na preparação das demonstrações financeiras. Este processo descreve como a entidade avalia se determinada informação é material para o objetivo de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.

- Como efetuar julgamentos sobre a materialidade em circunstâncias específicas, nomeadamente sore informação de períodos anteriores, erros e rácios e no contexto de reporte intercalar.

- Adicionalmente o PS discute a interação entre os julgamentos sobre a materialidade que uma empresa tem de fazer e as leis e regulamentos locais.

O PS inclui exemplos ilustrativos de como as empresas podem aplicar as orientações nele previstas.

Impacto

As alterações vêm eliminar a diversidade de práticas existentes dando aos preparadores das demonstrações financeiras um conjunto de princípios aplicáveis a estas transações.

No entanto continua a existir julgamento profissional na definição de um negócio.

b) Ainda não endossadas pela UE:

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017, o IASB introduziu melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 3 Combinações de negócios - Interesse detido previamente numa operação conjunta

- As alterações clarificam que, quando uma entidade obtém controlo de uma operação conjunta, deve aplicar os requisitos da combinação de negócios por fases, incluindo remensurar o interesse previamente detido nos ativos e passivos da operação conjunta para o seu justo valor.
- Ao faze-lo, o adquirente remensuram seu interesse previamente detido nessa operação conjunta.
- Esta alteração é aplicável a combinações de negócios para as quais a data de aquisição seja em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada.

IFRS 11 Acordos conjuntos -Interesse detido previamente numa operação conjunta

- Uma parte que participe, mas que não tenha controlo conjunto, numa operação conjunta pode obter o controlo conjunto de uma operação conjunta cuja atividade constitua um negócio tal como definido na IFRS 3. Esta alteração vem clarificar que o interesse previamente detido não deve ser remensurado.
- Esta alteração é aplicável a transações nas quais a entidade obtenha o controlo conjunto que ocorram em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada.

IAS 12 Imposto sobre o rendimento - consequências ao nível de imposto sobre o rendimento decorrentes de pagamentos relativos a instrumentos financeiros classificados como instrumentos de capital

- Estas alterações vêm clarificar que as consequências ao nível de imposto sobre os dividendos estão associadas diretamente à transação ou evento passado que gerou resultados distribuíveis aos

acionistas. Consequentemente, a empresa reconhece os impactos ao nível do imposto na demonstração dos resultados, em rendimento integral ou em outro instrumento de capital de acordo com a forma como a entidade reconheceu no passado essas transações ou eventos.
- Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada. Quando a entidade aplica pela primeira vez estas alterações, deve aplicar às consequências ao nível de imposto sobre os dividendos reconhecidos em ou após o início do período comparativo mais antigo.

IAS 23 Custos de empréstimos - custos de empréstimos elegíveis para capitalização

- A alteração veio clarificar que uma entidade trata como parte dos empréstimos globais qualquer empréstimo originalmente obtido para o desenvolvimento do ativo qualificável, quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar esse ativo par ao seu uso pretendido ou para venda estejam completas.
- As alterações são aplicáveis aos custos de empréstimos incorridos em ou após o início do período de reporte em que a empresa adota estas alterações.
- Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida adoção antecipada.

IFRS 17 Contratos de seguro

A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Algumas exceções serão aplicadas.

O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico para os contratos de seguro que seja de maior utilidade e mais consistente para os emitentes.

Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 providencia um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes. O núcleo da IFRS 17 é o modelo geral que é suplementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem da taxa variável); e
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação do prémio), principalmente para contratos de curta duração.

As principais características do novo modelo contabilístico dos contratos de seguro são as que se seguem:

- A mensuração do valor presente dos fluxos de caixa futuros, incorporando um ajustamento de risco, mensurado em cada período de reporte (valor realizável dos fluxos de caixa);
- Uma Contractual Service Margin (CSM), margem contratual de serviço, que é igual e oposta a qualquer ganho inicial da realização dos fluxos de caixa de um grupo de contratos, representando os ganhos não apropriados dos contratos de seguro os quais serão reconhecidos em ganhos ou perdas durante o período de vigência do serviço (i.e. período de cobertura);
- Algumas alterações no valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros são ajustadas contra a CSM e, desta forma, reconhecidas em ganhos ou perdas durante o período remanescente do serviço contratual;
- Os efeitos das alterações na taxa de desconto serão reportadas como ganhos ou perdas ou como outro rendimento integral, dependendo da política contabilística da empresa;
- A apresentação dos ganhos e dos gastos de seguros na Demonstração dos Resultados do Outro Rendimento Integral são baseados no conceito de serviços prestados durante o período;

- Os valores que o segurado irá receber, independentemente de ocorrer ou não um evento segurado (componentes de investimento não distintas), não são apresentados na demonstração de resultados, sendo reconhecidos diretamente no balanço;
- Os resultados dos serviços de seguro (receita obtida deduzida dos créditos emitidos) são apresentados separadamente dos ganhos ou perdas de seguros; e
- Divulgações extensas que forneçam informação sobre os valores reconhecidos de contratos de seguro e sobre a natureza e a extensão dos riscos decorrentes dos mesmos.

A IFRS 17 é efetiva para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021, sendo necessário apresentar os comparativos nesse ano. A aplicação antecipada é permitida desde que a empresa aplique também a IFRS 9 e a IFRS 15 na data ou na data anterior a que a empresa aplique a IFRS 17. O IASB decidiu por uma aplicação retrospetiva para a estimativa da CSM na data da transição.

No entanto, se uma aplicação retrospetiva total, como definida na IAS 8 para um grupo de contratos de seguro, não for praticável a empresa tem de escolher uma das duas alternativas:
- Abordagem retrospetiva modificada – baseada em informação razoável e devidamente sustentada que esteja disponível sem que a empresa incorra em custos ou esforços excessivos, considerando algumas modificações à aplicação retrospetiva na sua total extensão, mantendo-se, no entanto, o objetivo de alcançar o melhor resultado possível na aplicação retrospetiva;
- Abordagem do justo valor – a CSM é determinada como a diferença positiva entre o justo valor determinado em conformidade com a IFRS 13 - Mensuração pelo justo valor e valor realizável dos fluxos de caixa (qualquer diferença negativa será reconhecida em resultados transitados na data de transição).

Se uma empresa não conseguir obter informação razoável e sustentada para aplicar a abordagem retrospetiva modificada, é obrigada a aplicar a abordagem do justo valor.

Impacto

A IFRS 17, em conjunto com a IFRS 9, terão um impacto significativo nas empresas de Seguros (ao nível de sistemas, e processos usados para produzir informação financeira).
Este novo modelo terá um impacto significativo ao nível dos proveitos, e do total do capital próprio, aumentando a volatilidade.

IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento da consideração

Esta interpretação vem clarificar que na determinação da taxa de câmbio à vista a ser usada no reconhecimento inicial de um ativo, do gasto ou do rendimento (ou de parte) associados ao desreconhecimento de ativos ou passivos não monetários relacionados com um adiantamento da consideração, a data da transação é a data na qual a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário relacionado com um adiantamento da consideração.

Se há múltiplos pagamentos ou recebimentos de um adiantamento da consideração, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento.

Uma empresa pode aplicar esta interpretação numa base de aplicação retrospetiva total. Alternativamente pode aplicar esta interpretação prospectivamente a todos os ativos, gastos e rendimentos que estejam no seu âmbito que são inicialmente reconhecidos em ou após:

(i) O início do período de reporte no qual a entidade aplica pela primeira vez a interpretação; ou

(ii) O início do período de reporte apresentado como período comparativo nas demonstrações financeiras do exercício em que a entidade aplica pela primeira vez a interpretação.

A adoção antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

Impacto
As alterações vêm eliminar a diversidade de práticas existentes no reconhecimento do ativo relacionado, rendimento ou gasto (ou parte dele) quado do desreconhecimento de um ativo ou passivo não monetário relacionado com o adiantamento recebido ou pago em moeda estrangeira.

IFRIC 23 Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento

Em junho de 2017 o IASB emitiu a IFRIC 23 Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento (a Interpretação) que clarifica os requisitos de aplicação e de mensuração da IAS 12 Imposto sobre o rendimento quando existe incerteza quanto aos tratamentos a dar ao imposto sobre o rendimento.

A Interpretação endereça a contabilização do imposto sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais que envolvem incerteza e que afetam a aplicação da IAS 12. A Interpretação não se aplica a taxas ou impostos que não estejam no âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente requisitos referentes a juros ou multas associados com a incerteza de tratamentos de impostos. A Interpretação endereça especificamente o seguinte:
- Se uma empresa considera as incertezas de tratamentos de impostos separadamente;
- Os pressupostos que uma empresa utiliza sobre o exame de tratamentos fiscais por parte das autoridades fiscais;
- Como uma empresa determina o lucro (prejuízo) fiscal, a base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e taxas fiscais;
- Como uma empresa considera as alterações de factos e de circunstâncias.

Uma empresa tem de determinar se deve considerar a incerteza sobre cada tratamento fiscal separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos. A abordagem que deverá ser seguida é a que melhor permita prever o desfecho da incerteza.

A Interpretação é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2019.

Impacto

A aplicação desta interpretação será mais complexa para empresas multinacionais que operam em ambientes fiscais multi-complexos.
As empresas têm também de garantir que têm um processo implementado que lhes permita obter a informação necessária para aplicar a interpretação atempadamente.

IFRS 2 Classificação e mensuração de transações de pagamento com base em ações – Alterações à IFRS 2

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 em relação à classificação e mensuração de transações de pagamentos com base em ações. Estas alterações tratam de três áreas essenciais:

Vesting conditions

- Os seus efeitos na mensuração de transações de pagamento com base em ações liquidadas em dinheiro. As alterações clarificam que a metodologia usada para contabilizar vesting conditions quando se mensuram transações de pagamento com base em ações liquidadas com instrumentos de capital também se aplica às transações de pagamento com base em ações liquidadas em dinheiro. Classificação de transações de pagamento com base em ações com opção de liquidação pelo valor líquido, para cumprimento de obrigações de retenções na fonte
- Esta alteração adiciona uma exceção para tratar a situação estrita em que um acordo de liquidação pelo valor líquido está desenhado para cumprir com uma obrigação fiscal da empresa, ou outro tipo de

regulamentação, no que respeita a retenções na fonte ao empregado para cumprir com uma obrigação fiscal deste, relacionada com o pagamento com base em ações.
- Este valor é depois transferido, normalmente em dinheiro, para as autoridades fiscais por conta do empregado. Para cumprir com esta obrigação, os termos do acordo de pagamento com base em ações podem permitir ou requerer que a entidade retenha um determinado número de instrumentos de capital equivalente ao valor monetário da obrigação fiscal do empregado, do total de instrumentos de capital que de outra forma seriam emitidos para o empregado aquando do exercício (vesting) do pagamento com base em ações (conhecida como opção de net share settlement).

Classificação de transações de pagamento com base em ações com opção de liquidação pelo valor líquido, para cumprimento de obrigações de retenções na fonte (cont.)

- Quando uma transação cumpre com este critério, ela não é dividida em duas componentes, mas sim classificada como um todo como uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital, caso assim tivessem sido classificada se não existisse a opção de net share settlement.

Contabilização de uma alteração dos termos e condições de uma transação de pagamento com base em ações que altere a sua classificação de liquidada em dinheiro para liquidada com instrumentos de capital próprio

- A alteração clarifica que se os termos e condições de uma transação de pagamento com base em ações liquidada em dinheiro são modificados, tendo como resultado que ela passa a ser uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital, a transação passa a ser contabilizada como uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital desde a data dessa modificação.
- Qualquer diferença (seja um débito ou um crédito) entre o valor contabilístico do passivo desreconhecido e o valor reconhecido em capital na data da modificação é reconhecido imediatamente em resultados do ano.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. Na data de adoção, as empresas devem de aplicar as alterações sem alterar os comparativos. Mas a aplicação retrospetiva é permitida se for aplicada às três alterações e outro critério for cumprido. É permitida a aplicação antecipada.

Impacto

As alterações pretendem eliminar a diversidade de práticas existentes, mas continuam a não ser claras quando ao âmbito de aplicação e no tratamento de áreas específicas de classificação e mensuração.

Transferências de propriedades de investimento (alterações à IAS 40)

As alterações vêm clarificar quando é que uma entidade deve transferir uma propriedade, incluindo propriedades em construção ou desenvolvimento para, ou para fora de, propriedades de investimento.

As alterações determinam que a alteração do uso ocorre quando a propriedade cumpre, ou deixa de cumprir, a definição de propriedade de investimento e existe evidência da alteração do uso.

Uma simples alteração da intenção do órgão de gestão para o uso da propriedade não é evidência de alteração do uso.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

Uma entidade deve aplicar as alterações prospectivamente às alterações de uso que ocorram em ou após o início do período anual em que a entidade aplica pela primeira vez estas alterações. As

entidades devem reavaliar a classificação das propriedades detidas nessa data e, se aplicável, reclassificar a propriedade para refletir as condições que existiam a essa data.

A aplicação retrospetiva só é permitida se possível aplicá-la sem que a mesma seja afetada por acontecimentos que ocorreram posteriormente à data da sua aplicação.

A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

Impacto
As alterações vêm eliminar a diversidade de práticas existentes.

Pagamentos antecipados com compensações negativas – Alterações à IFRS 9

De acordo com a IFRS 9, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral desde que os cash flows implícitos sejam "apenas pagamento de capital e juro sobre o capital em dívida" (o critério SPPI) e o instrumento seja detido num modelo de negócios que permita essa classificação.

As alterações à IFRS 9 clarificam que um ativo financeiro passa o critério SPPI, independentemente do evento ou das circunstâncias que causaram o término antecipado do contrato e independentemente de qual a parte que paga ou recebe uma compensação razoável pelo término antecipado do contrato.

As bases de conclusão para esta alteração clarificam que o término antecipado pode ser consequência de uma cláusula contratual ou de um evento que esteja fora do controlo das partes envolvidas no contrato, tais como uma alteração de leis ou regulamentos que levem ao término antecipado.

Modificação ou a substituição de um passivo financeiro que não origina o desreconhecimento desse passivo.

Nas bases para a conclusão o IASB também clarifica que os requisitos da IFRS 9 para ajustamento do custo amortizado de um passivo financeiro, quando uma modificação (ou substituição) não resulta no seu desreconhecimento, são consistentes com os requisitos aplicados a uma modificação de um ativo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento.

Isto significa que o ganho ou a perda que resulte da modificação desse passivo financeiro que não resulte no seu dereconhecimento, calculado descontando a alteração aos cash flows associados a esse passivo à taxa de juro efetiva original, é imediatamente reconhecido na demonstração dos resultados.

O IASB fez este comentário nas bases para a conclusão relativa à esta alteração pois acredita que os requisitos atuais da IFRS 9 fornecem uma boa base para as empresas contabilizarem as modificações ou substituições de passivos financeiros e que nenhuma alteração formal à IFRS 9 é necessária no que respeita a este assunto.

Impacto

As alterações visam essencialmente as situações em que o pagamento antecipado corresponde aproximadamente ao valor em dívida de capital mais juro. Isto implica que um pagamento ao justo valor atual, ou a um valor que inclua o justo valor da penalização por término antecipado de um instrumento financeiro derivado, cumpre o critério SPPI apenas se outros elementos de alteração ao justo valor, tais como risco de crédito ou liquidez, forem imateriais.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. Devem ser aplicados retrospetivamente. Esta alteração traz requisitos específicos para adotar na transição mas apenas se as empresas a adotarem em 2019 e não em 2018 em conjunto com a IFRS 9. É permitida a adoção antecipada.

Impacto
Esta alteração aplica-se à IFRS 9 (não se aplica à IAS 39). Uma empresa que não aplique esta contabilização de acordo com a IAS 39, terá impacto na adoção da IFRS 9.

Interesses de longo prazo em Associadas ou Joint Ventures – Alterações à IAS 28

As alterações vêm clarificar que uma entidade deve aplicar a IFRS 9 para interesses de longo prazo em associadas ou joint ventures às quais o método da equivalência patrimonial não é aplicado mas que, em substância, sejam parte do investimento líquido nessa associada ou joint venture (interesses de longo prazo). Esta clarificação é relevante pois implica que o modelo da perda esperada da IFRS 9 deve ser aplicado a esses investimentos.

O IASB também clarificou que, ao aplicar a IFRS 9, uma entidade não tem em conta quaisquer perdas dessa associada ou joint venture, ou perdas por imparidade no investimento líquido, que estejam reconhecidas como um ajustamento ao investimento líquido decorrente da aplicação da IAS 28.

Para ilustrar como as entidades devem aplicar os requisitos da IAS 28 e da IFRS 9 no que respeita a interesses de longo prazo, o IASB publicou exemplos ilustrativos quando emitiu esta alteração.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. A alteração tem de ser aplicada retrospetivamente, com algumas exceções. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

Impacto

Esta alteração visa eliminar a ambiguidade presente no texto da norma.

4. ANEXOS

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Valores em euros

Anexo 1

	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço *	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS							
	1.2 - Estrangeiras							
	1.2.1 - Partes de capital em filiais							
	1.2.2 - Partes de capital em associadas							
	Europ Assistance, S.A. (Chile) y Filial	93	2.783			223.350	6.301	585.996
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	EABS - Serviços de Assistência e Participações, S.A. (Brasil)	10.890	2.123			7.149.999	1.950	21.237.720
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total	10.983				7.373.349		21.823.716
	total	**10.983**				**7.373.349**		**21.823.716**
	ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO							
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos Nacionais							
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.3 - De outros emissores							
PTBINIOM0004	CELBI Float 16-02/24	60.000	1		1,00	59.970	1,00	59.880
PTJLLAOE0001	JOSEML Float 19 - Tx. 4.26%	40.000	1		1,00	39.989	1,01	40.400
PTMOCQOE0006	SONPL Float 06/12/18	100.000	1		1,00	100.257	1,01	101.000
PTGALLOM0004	GALP 1 17-02/2023	100.000	1		1,00	99.691	0,99	99.272
	sub-total	**300.000**				**299.907**		**300.552**
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
LU0079837604	NB GLOBAL ENHANCEMEN	57	1		876,36	49.996	907,20	51.756
	sub-total	**57**				**49.996**		**51.756**
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
IT0005252520	CCTS Float 06/15/22	80.000	1		1,00	80.285	1,02	81.727
XS1280834992	DBR 0.5 15-02/25 - Tx. .50%	31.000	1		1,00	31.014	1,02	31.773
EU000A1Z6630	DBHNGR FL 14-07/20 - Tx. .50%	30.000	1		1,01	30.170	1,03	30.903
US500769HA50	DBHNGR Float 23	50.000	1		0,90	45.156	0,82	41.059
	sub-total	**191.000**				**186.626**		**185.462**
	2.2.2.3 - De outros emissores							
XS0399353506	EDP FIN C0 08-11/23	50.000	1		0,93	46.278	0,93	46.455
DE000A1ZLUN1	DAIGAG2.125 14-07/22 - Tx. 2.13%	47.000	1		1,00	47.046	1,07	50.299
DE000A13R8M3	MEOGR 1.375 14-10/21	50.000	1		0,99	49.745	1,04	51.834
XS1130101931	GS Float 14-10/2019	67.000	1		1,00	67.031	1,01	67.734
XS1167352613	NAB 0.875 15-01/22	50.000	1		1,00	49.984	1,02	51.121
DE000A14J579	TKAGR 1.75 15-11/20	47.000	1		0,99	46.750	1,04	48.670
XS1191116174	IFXGR 1.5 15-03/22	30.000	1		1,00	29.885	1,05	31.401
XS1170787797	EVKGR 1 15-01/2023 - Tx. 1.00%	50.000	1		0,99	49.683	1,03	51.432
XS1167154654	BNP Float 01/20	50.000	1		1,00	50.060	1,01	50.374
NL0009062215	RBS Float 10/19	57.000	1		1,00	56.825	1,00	57.137
DE000NLB8KA9	NDB 1 16-01/21	40.000	1		1,00	39.999	1,01	40.365
DE000A13SWD8	PBBGR 1.25 16-02/19	45.000	1		1,00	44.948	1,01	45.581
XS1377763161	COVEGR 1.0 16-03/21	30.000	1		1,00	29.896	1,03	30.860
XS1382784509	RABOBK 1.25 16-03/26	30.000	1		1,00	29.864	1,03	30.912
XS1388661651	DPWGR 0.375 16-04/21	40.000	1		0,99	39.792	1,01	40.344
XS1422841202	ABNANV0.625 16-05/22	40.000	1		1,00	39.953	1,02	40.624
XS1425274484	HEIGR 2.25 16-06/24	30.000	1		0,99	29.710	1,08	32.270
US68389XBK00	ORCL 1.9 16-09/21	45.000	1		0,90	40.675	0,82	36.857
AT0000A1LHT0	NOVO 1.625 16-09/23	40.000	1		0,99	39.612	1,03	41.238
FR0013153707	PEUGEOT 16-04/2023	38.000	1		1,04	39.548	1,05	40.042
XS1488418960	HENKEL 16-09/2021	45.000	1		0,99	44.688	1,00	44.926
XS1345331299	BNP1.125 16-01/23	40.000	1		1,02	40.693	1,03	41.366
XS1554373164	FREGR 0.875 17-01/22	50.000	1		1,00	50.106	1,02	50.823
XS1611167856	HELLA 1 17-05/2024	43.000	1		1,00	43.001	1,01	43.430
FR0013257599	MCFP FL 17-11/2018	50.000	1		1,00	50.200	1,00	50.121
XS1621087359	SUMIBK FLT 17-06/22	100.000	1		1,00	100.000	1,01	100.594
FR0013257615	MCFP 0.375 17-05/22	50.000	1		1,00	50.032	1,00	50.191
ES0213211107	BBVASM Float07-02/22	50.000	1		1,00	49.906	0,99	49.639
XS1683495052	DE Float 17-09/2020	100.000	1		1,00	100.460	1,00	100.461
AT0000A1Y3P7	VOEAV 1.375 17-09/24	30.000	1		1,00	29.871	0,99	29.644
XS1694774420	BNS Float 17-10/22	100.000	1		1,02	101.883	1,02	101.681
FR0013201597	RENAUL0.5 16-09/23	60.000	1		0,98	58.714	0,98	58.876
FR0013286838	FRLBP 1.0 17-10/24	100.000	1		1,00	99.890	1,00	99.780
US594918BN39	MSFT 1.1 16-08/19	30.000	1		0,85	25.446	0,82	24.659
IT0005199267	UCGIM Var 16-06/2023	40.000	1		1,00	40.009	0,99	39.784
XS1724873275	SZUGR 1 17-11/2025	30.000	1		0,99	29.810	0,99	29.555
	sub-total	**1.794.000**				**1.781.992**		**1.801.075**
	total Ativos financeiros detidos para negociação	**2.285.057**				**2.318.521**		**2.338.844**
	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA*							
	2 - OUTROS							
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
LU0091443829	NB-EUROPEAN EQ EUR	15.413	1		84	1.296.495	97,44	1.501.881
LU0296922973	NOVA ENERGIA SICAR	7	50.000		53.772	368.275	90.404,40	619.162
LU0360484686	MORGAN ST-US ADVANTA	9.179	1		56	515.657	68,04	624.530
	sub-total	**24.599**				**2.180.427**		**2.745.572**
	2.2.1.4 - Outros							
	sub-total	-				-		-
	sub-total	**24.599**				**2.180.427**		**2.745.572**
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
DE0001135457	DBR 2.25 11-09/21	1.550.000	1		1,03	1.597.298	1,11	1.713.314
FR0011619436	FRTR 2.25 13-05/2024	1.000.000	1		1,06	1.056.676	1,15	1.149.402
XS1373130902	TEMASE 0.5 16-03/22	440.000	1		0,99	436.273	1,02	447.321
NL0011896857	NETHER 0 16-01/22	500.000	1		1,01	505.990	1,01	505.435
XS0925003732	EIBKOR 2 13-04/2020	500.000	1		1,00	499.746	1,05	526.772
NL0012650469	NETHER C0 17-01/24	980.000	1		1,00	979.171	1,00	975.394
	sub-total	**4.970.000**				**5.075.154**		**5.317.638**
	2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
XS1089831249	DBHNGR FL 14-07/20	500.000	1		1,00	499.701	1,01	503.275
XS1280834992	EIB 0.5 15-11/23	600.000	1		0,99	595.132	1,03	615.330

	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	Quantidade	Montante do	% do valor	Preço médio	Valor total	Valor de balanço *	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		valor nominal	nominal	de aquisição	de aquisição	unitário	Total
EU000A1Z6630	EU 0.625 15-11/23	450.000	1		1,00	452.070	1,03	463.980
US45905UPC26	IBRD Float 14-04/19	700.000	1		0,91	633.525	0,83	583.997
US500769GT50	KFW 1.125 15-11/18	1.490.000	1		0,85	1.268.317		1.235.751
US29874QDF81	EBRD 0.01 17-07/2020	400.000	1		0,87	348.284	0,83	333.841
	sub-total	**4.140.000**				**3.797.029**		**3.736.173**
	2.2.2.3 - De outros emissores							
XS1046796253	RABOBK FL 14-03/19	500.000	1		1,00	499.815	1,01	503.046
XS1047514408	CAFP Float 14-03/18	500.000	1		1,00	499.943	1,00	500.751
LU1105951401	NYKRE Float 14-09/19	600.000	1		1,00	600.034	1,01	603.975
XS1130526780	ANZ Float 14-10/2019	500.000	1		1,00	500.051	1,01	503.439
XS1167154654	BNP Float 15-01/2020	500.000	1		1,00	500.053	1,01	503.810
XS1234366448	MMM Float 15-05/20	100.000	1		1,00	99.981	1,01	100.523
FR0012821924	CAPFP Float 15-07/18	500.000	1		1,00	500.002	1,00	501.551
XS1277337678	SWEDA Float 15-08/20	500.000	1		1,00	501.466	1,01	506.087
XS1323463056	UPS Float 15-07/2020	600.000	1		1,00	600.103	1,01	604.634
FR0013054020	ARRFP Float 15-01/20	500.000	1		1,00	500.089	1,01	505.964
XS1346107433	GIS Float 16-01/20	400.000	1		1,00	400.000	1,01	405.091
XS1346650929	RY Float 16-01/21	400.000	1		1,00	400.045	1,02	406.372
XS1319814817	FDX Float 16-04/2019	400.000	1		1,00	400.042	1,01	402.163
FR0013153822	AIFP 0.375 16-04/22	300.000	1		1,00	299.685	1,01	302.733
XS1411403709	AZN 0.25 16-05/21	400.000	1		1,00	398.778	1,00	400.966
XS1412416486	NAB Float 16-04/2021	400.000	1		1,00	400.170	1,02	406.215
XS1456422135	JPM 0.625 16-07/24	400.000	1		0,99	397.072	1,00	399.805
XS1476654238	RDSALN0.375 16-02/25	400.000	1		1,00	399.451	0,98	393.935
DE000CZ40LR5	CMZB 0.5 16-09/23	450.000	1		0,99	445.180	0,99	446.005
XS1505890530	CNUNZ 1.125 16-10/23	400.000	1		0,99	397.926	1,01	403.328
FR0013201597	RENAUL0.5 16-09/23	450.000	1		0,97	437.892	0,98	442.227
XS1522989869	MYL Float 11-16/2018	500.000	1		1,00	499.998	1,01	502.713
FR0013210408	VIEFP 0.314 16-10/23	400.000	1		0,98	390.645	0,98	393.011
XS1566100977	UNANA 0.375 17-02/23	500.000	1		1,00	498.698	1,00	500.654
DE000A2DASK9	PBBGR Float 17-02/20	400.000	1		1,00	399.874	1,01	403.260
BE0002272418	KBCBB 0.75 17-03/22	500.000	1		1,00	499.923	1,02	508.209
XS1575039364	EXIMCH 0.25 17-03/20	500.000	1		1,00	499.887	1,00	499.930
CH0359915425	UBS Float 17-09/22	500.000	1		1,00	499.993	1,01	507.307
XS1586214956	HSBC Float 17-09/22	400.000	1		1,00	399.995	1,02	406.328
XS1602557495	BAC Float 17-05/23	400.000	1		1,00	399.993	1,02	407.442
XS1548776498	FCE 0.869 17-01/2021	350.000	1		1,00	349.988	1,02	356.599
XS1616341829	SOCGEN FL 17-05/24	500.000	1		1,00	499.992	1,02	512.435
DE000A19HBM3	DAIGR Float 05/17/22	500.000	1		1,00	501.245	1,00	501.685
XS1554373164	FREGR 0.875 17-01/22	200.000	1		1,01	201.113	1,02	204.892
FR0013257599	MCFP FL 17-11/2018	350.000	1		1,00	351.400	1,00	350.844
XS1617702052	ICBCAS Float17-05/20	300.000	1		1,00	300.000	1,00	301.232
XS1621087359	SUMIBK FLT 17-06/22	500.000	1		1,00	500.000	1,01	502.999
XS1627773606	RBS Float 17-06/2020	300.000	1		1,00	299.999	1,01	301.661
XS1664643746	BATSLN FLT 17-08/21	500.000	1		1,00	499.998	1,01	503.342
XS1485748393	GM 0.955 16-09/23	450.000	1		0,98	442.803	1,00	450.387
XS1676933937	WSTP 0.375 17-03/23	650.000	1		0,99	646.654	0,99	644.099
XS1684269332	ENIIM 1 17-03/2025	400.000	1		1,00	398.709	1,01	402.153
XS1684785774	LANSBK 0.5 17-09/22	400.000	1		1,00	399.637	1,00	398.456
XS1683495136	DE 0.5 17-09/2023	600.000	1		1,00	599.112	1,00	599.229
XS1694212181	PSABFR0.625 17-10/22	500.000	1		1,00	497.601	1,00	499.977
XS1691349523	GS Float 17/09/2023	600.000	1		1,00	599.995	1,01	603.457
XS1694774420	BNS Float 17-10/22	550.000	1		1,02	560.357	1,02	559.606
XS1716820029	BACR 0.625 17-11/23	400.000	1		1,00	398.935	0,99	396.366
XS1720639779	TOYOTA C0 17-07/2021	500.000	1		1,00	499.078	1,00	497.550
FR0013298684	HITTFP0.625 17-03/23	400.000	1		0,99	396.863	1,00	398.897
XS1724873275	SZUGR 1 17-11/2025	400.000	1		0,99	397.471	0,99	394.430
XS1716243719	PM 0.625 17-11/2024	500.000	1		0,99	494.954	0,98	491.714
	sub-total	**23.150.000**				**23.102.688**		**23.243.482**
	sub-total	**32.260.000**				**31.974.871**		**32.297.293**
	total	**32.284.599**				**34.155.298**		**35.042.865**
	3 - TOTAL GERAL	**34.580.639**				**43.847.168**		**59.205.425**

* Inclui o valor dos juros decorridos

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Valores em euros

Anexo 2

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	-	-	-	-
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	1.892	-	-	(1.892)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-
AUTOMÓVEL	-	-	-	
-RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-
-OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	-	-	-
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-
PROTEÇÃO JURÍDICA	507.514	432.086	275.882	200.455
ASSISTÊNCIA	4.492.175	3.179.537	300.110	(1.012.528)
DIVERSOS	14.578	45.752	21.292	52.465
TOTAL	5.016.159	3.657.375	597.284	(761.500)
TOTAL GERAL	5.016.159	3.657.375	597.284	(761.500)

NOTAS:

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

** Os valores apresentados referem-se apenas à entidade Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

Valores em euros

Anexo 3

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRETO				
ACIDENTES E DOENÇA	-	2.047	-	2.047
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-
- OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	529	-	529
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-
PROTEÇÃO JURÍDICA	-	164	-	164
ASSISTÊNCIA	9.831.438	4.352.821	621.875	14.806.134
DIVERSOS	658.835	163.195	163.265	985.296
TOTAL	10.490.273	4.518.756	785.141	15.794.169
RESSEGURO ACEITE	26.138.520	9.486.131	128.387	35.753.038
TOTAL GERAL	36.628.793	14.004.886	913.528	51.547.207

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

Valores em euros

Anexo 4

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRETO					
ACIDENTES E DOENÇA	8.439	8.148	2.047	1.515	2.145
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-	-
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-	-
- OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	2.501	2.313	529	430	683
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-	-
PROTEÇÃO JURÍDICA	622	466	164	119	-
ASSISTÊNCIA	22.797.704	22.671.490	14.806.134	6.009.655	-
DIVERSOS	2.133.591	1.123.109	985.296	140.853	-
TOTAL	24.942.857	23.805.526	15.794.169	6.152.573	2.828
RESSEGURO ACEITE	44.405.171	43.994.599	35.753.038	5.467.750	48.335
TOTAL GERAL	69.348.027	67.800.124	51.547.207	11.620.323	51.163

NOTAS:

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6.º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. (o Grupo), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 82.351.032 euros e um total de capital próprio de 40.619.446 euros, incluindo um resultado líquido de 9.014.590 euros), a conta de Ganhos e Perdas Consolidado, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidado, a Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidado e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Valorização das provisões para sinistros

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Com referência a 31 de dezembro de 2017, o passivo do Grupo inclui Provisões para sinistros decorrentes de contratos de seguros dos Ramos Não Vida no valor global de 10.025.611 euros, as quais representam cerca de 24% do Passivo total (detalhe na Nota anexa às demonstrações financeiras consolidadas 25). A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à	Os principais procedimentos de auditoria nesta área implicaram o envolvimento com os nossos auditores da componente e podem ser resumidos da seguinte forma: ▶ Compreensão das atividades de controlo existentes e teste à eficácia dos controlos identificados; ▶ Avaliação das metodologias utilizadas pela componente para a determinação das referidas responsabilidades decorrentes de contratos de seguros, tendo por referência as especificidades da componente, os requisitos regulamentares e a prática no setor;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. Estas provisões para sinistros representam uma estimativa da gestão do custo de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, e numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade e outros fatores, sendo revistas regularmente através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas. Por este motivo, os valores reais a liquidar no futuro podem ser diferentes das estimativas registadas nesta data como provisões.	▸ Procedimentos de revisão analítica, nomeadamente a análise da evolução dos saldos, sua comparação entre 2017 e 2016; ▸ Apreciação da consistência da documentação/informação disponibilizada pelo atuário da componente; ▸ Análise das divulgações efetuadas pela componente e da respetiva conformidade com os requisitos contabilísticos aplicáveis.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF;
- elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a

nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores da Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. (Entidade-mãe do grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 25 de julho de 2012 para um mandato de um ano. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de março de 2013 para um segundo mandato compreendido entre 2013 e 2016. Em 2017, fomos nomeados

na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de março de 2017 para um terceiro mandato compreendido entre 2017 e 2020;

- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria; e
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade mãe do Grupo serviços no âmbito dos procedimentos previstos no Anexo I da Norma Regulamentar n.º 5/2016-R, de 12 de maio, da ASF, para emissão do Relatório de Conclusões factuais nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da mesma Norma e emissão do Parecer do Revisor Oficial de Contas para efeitos de Adiantamento sobre Lucros do Exercício.

Lisboa, 10 de maio de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Ana Salcedas

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto - ROC n.º 1230
Registada na CMVM com o n.º 20160841

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Acionistas da

EUROP ASSISTANCE – COMPANHIA PORTUGUESA DE SEGUROS, S.A.,

De acordo com as disposições legais – alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º, do Código das Sociedades Comerciais – e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal vem submeter à apreciação de V. Exas., o seu Relatório e dar Parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas, os quais compreendem o Relatório do Conselho de Administração, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada, a Demonstração de Ganhos e Perdas Consolidada, a Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidado e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados, bem como as correspondentes Notas Explicativas Integrantes das Demonstrações Financeiras Consolidadas, apresentadas pelo Conselho de Administração da sociedade EUROP ASSISTANCE – COMPANHIA PORTUGUESA DE SEGUROS, S.A. (doravante, abreviadamente, Europ Assistance, EAP ou Sociedade, e, em conjunto com as outras entidades que compõem o grupo, por Grupo EA), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal acompanhou com a regularidade adequada, durante o exercício de 2017, de forma pormenorizada e no âmbito das competências que lhe foram confiadas, o funcionamento da Sociedade, tendo, designadamente, realizado reuniões pontuais com responsáveis da Sociedade, sempre que tal se mostrou necessário, e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes, ocorridos no exercício.

Cumpre salientar o constante empenho, disponibilidade e colaboração, patenteados pelo Conselho de Administração e pela Direção Financeira, que prestaram, sem excepção, todos os esclarecimentos e informações solicitados pelo Conselho Fiscal, respondendo de forma completa e precisa a todas as questões que foram suscitadas, ao longo do período.

Releve-se, em primeiro lugar, que o Grupo EA, em geral, e a EAP em particular, alcançaram, no ano de 2017, os principais objetivos estabelecidos, tendo, por um lado, mantido a liderança do mercado Português de assistência e, por outro, melhorado os seus níveis, em termos de volume de negócios gerado, bem como de resultados obtidos, indicadores que, no final do exercício, apresentavam evoluções muito positivas, relativamente ao período homólogo anterior.

Não são alheios ao cumprimento das metas acima mencionadas, a grande dinâmica comercial imprimida no seio do Grupo, nem a estratégia de renovação de procedimentos e processos internos, com vista à otimização da estrutura e à obtenção de melhores níveis de eficiência.

A evolução positiva observada em 2017, que analisaremos, foi transversal às várias entidades do Grupo EA, sediadas não só no território nacional, como no estrangeiro – filiais sul americanas – tendo-se observado um crescimento dos negócios internacionais, com especial destaque para as entidades que atuam nos mercados argentino e brasileiro.

No que respeita à análise dos principais indicadores consolidados, cumpre relevar o incremento do volume de prémios adquiridos líquidos de resseguro em, aproximadamente, 10,6%. O referido indicador cifrou-se em € 67.742.169 (€ 61.239.004, em 2016). Em termos de prémios brutos, foi emitido um volume de € 69.348.028, o que espelha um crescimento na ordem dos 14% face ao período homólogo precedente (€ 60.870.258, em 2016). O ramo da assistência continua a constituir, com naturalidade, a fonte mais preponderante de rendimentos operacionais, para as entidades do Grupo EA.

A evolução positiva registada, assentou, essencialmente, na angariação de um novo cliente, que se espera vir a tornar-se importante no volume global de operações da Sociedade, bem como no aumento geral da atividade, quer da EAP, quer das restantes entidades que compõem o Grupo EA. Ainda assim, o crescimento foi negativamente afetado pela revisão de preços, em baixa, junto do cliente mais preponderante da Sociedade, o que impactou na respetiva margem.

Ao nível financeiro, as contas consolidadas evidenciam, na linha da realidade vivida nos mercados, uma quebra do lado dos rendimentos alcançados, de cerca de 19%, tendo os juros de ativos financeiros atingido um valor total de € 317.582 (€ 391.964, em 2016).

Do lado dos gastos, em linha com o sucedido ao nível dos proveitos, verificou-se um aumento dos custos com sinistros líquidos de resseguro, na ordem dos 9,8%. Este indicador cifrou-se, no ano em análise, em € 51.540.414 (€ 46.953.274, em 2016). Não obstante, o rácio de sinistralidade para o período – peso dos sinistros em relação aos prémios adquiridos – ficou nos 76%, melhor do que o registado no exercício antecedente, em que atingira os 76,7%.

Por outro lado, os custos e gastos de exploração líquidos, registaram um crescimento na ordem dos 11,8%, quando comparado com o período anterior, o qual se explica, naturalmente, pelo aumento global da atividade comercial. Este indicador apresentou um valor de € 11.620.323 no ano em análise (€ 10.397.353 em 2016).

Particularmente, os gastos com pessoal cifraram-se em € 15.103.749, quando no período homólogo antecedente tinham ascendido a € 13.668.960, o que reflete um acréscimo de, aproximadamente, 10,5%, face a 2016. O número médio de colaboradores ao serviço, durante o ano de 2017, foi também superior ao observado no período homólogo transato, tendo ascendido a 531 (514 colaboradores em 2016), contribuindo, naturalmente, para a variação verificada.

Finalmente, ao nível dos gastos financeiros, verificou-se um decréscimo de cerca de 20,4% (haviam ascendido a € 135.434 no ano de 2016, e decresceram para € 107.828, no exercício em apreço).

O efeito conjugado da evolução registada – crescimento sensível dos rendimentos operacionais, acompanhado por um crescimento menos pronunciado do lado dos gastos – conduziu a um aumento assinalável do resultado líquido do exercício, indicador que, para o ano de 2017, ascendeu a € 9.014.590. Efetivamente, tendo, no período homólogo anterior, aquele indicador apurado um resultado líquido de € 6.581.270, regista-se o incremento significativo de, aproximadamente, 37%.

Em relação aos principais indicadores sobre a posição financeira, salienta-se a evolução positiva – que já se vinha sentindo nos últimos anos – do valor total do ativo líquido nos anos em análise, na ordem dos 6,9% (atendendo aos valores em 31 de dezembro de cada um dos anos referidos). No final de 2017, o valor total do ativo líquido ascendeu a € 82.351.032, quando, no fim do período homólogo precedente, havia registado € 77.033.992. Esta evolução advém de incrementos ocorridos ao nível de várias rúbricas, com contributos importantes (i)

dos ativos disponíveis para venda, que apresentou um crescimento sensível, de € 32.993.081, em 2016, para € 35.042.865, em 2017, e (ii) das contas a receber por operações de resseguro, que cresceu de € 2.904.833, em 2016, para € 4.516.128, em 2017.

Encontrando-se a análise dos principais indicadores financeiros da EAP, devidamente detalhada no relatório sobre as contas individuais da Sociedade, analisamos, de seguida, a evolução dos principais indicadores sobre as contas das restantes entidades do Grupo EA.

No ano de 2017, a Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A. (EAS) registou um volume de serviços prestados de € 5,22 milhões, que excedeu os € € 4,74 milhões apurados no período anterior, espelhando um incremento superior a 10%, que ficou sobretudo a dever-se, ao aumento do volume das prestações de serviços de gestão de garantia e de extensão de garantia automóvel. Consequentemente, o resultado líquido da EAS cifrou-se nos € 1,21 milhões, ou seja, aproximadamente, 41% acima do resultado obtido no período homólogo precedente (€ 861 mil).

A Europ Assistance Argentina, S.A. registou, no exercício fiscal de 2017, um incremento significativo do seu volume de negócios, que atingiu os € 21,6 milhões, mais cerca de 27,8% do que em 2016 (€ 16,9 milhões). A empresa reforçou a sua quota de mercado, tendo captado novos clientes que trazem boas perspetivas futuras. O resultado líquido cifrou-se em € 1,1 milhões, o que revela um crescimento assinalável, em relação ao ano de 2016 (€ 144 mil).

Na mesma linha de crescimento, a EABS – Serviços de Assistência e Participações, S.A. – entidade que detém a totalidade do capital social da Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência, S.A. – apresentou um desempenho muito positivo, bem acima do registado em 2016. De facto, a entidade gerou um volume de negócios de € 141 milhões (€ 132 milhões, em 2016) e um resultado líquido do exercício de € 8,12 milhões (€ 3,56 milhões, em 2016), o que espelha uma excelente evolução em 2017.

No que se refere à filial Chilena – Europ Assistance, S.A. Y Filial – a entidade atingiu, em 2017, um volume de negócios na ordem dos € 10,6 milhões (€ 8,91 milhões, em 2016) e um resultado líquido de € 581 mil (€ 552 mil, em 2016), o que reflete, também, um crescimento digno de registo.

No âmbito das nossas funções, efetuámos as verificações consideradas necessárias e adequadas. Examinámos a Demonstração da Posição Financeira Consolidada, em 31 de dezembro de 2017, bem como a Demonstração de Ganhos e Perdas Consolidada, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidada, a Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada, e as correspondentes Notas Explicativas Integrantes das Demonstrações Financeiras Consolidadas, com referência ao período referido. Confirmámos ainda os critérios valorimétricos utilizados, que merecem a nossa concordância.

Procedemos ainda à análise do Relatório Consolidado do Conselho de Administração, relativo ao exercício de 2017, constatando que o mesmo obedece às disposições legais e estatutárias aplicáveis e aprofunda os aspetos mais relevantes que caracterizaram a atividade da Sociedade no exercício.

Apreciámos também, nos termos do n.º 1 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, a Certificação Legal das Contas Consolidadas, relativa ao exercício de 2017, datada de 10 de maio de 2018, a qual foi emitida sem reservas, pela Senhora Drª. Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, Revisor Oficial de Contas, representante de Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A..

Os documentos de prestação de contas consolidadas, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas Consolidadas, com cujo conteúdo concordamos, possibilitam, em nossa opinião, uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Europ Assistance e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

Como resultado das ações de fiscalização levadas a efeito, somos de Parecer que sejam aprovados o Relatório Consolidado do Conselho de Administração, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada, a Demonstração de Ganhos e Perdas Consolidada, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidada, a Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada, a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada, bem como as correspondentes Notas Explicativas Integrantes das Demonstrações Financeiras Consolidadas, tal como apresentados pelo Conselho de Administração, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O Conselho Fiscal reafirma, por último e novamente, o seu apreço pela colaboração sempre prestada no desempenho das suas funções, tanto pelo Conselho de Administração, como pela Direção Financeira.

Lisboa, 14 de maio de 2018

O CONSELHO FISCAL

José Favila Vieira Leite Monteiro – Presidente

João Alberto Monarca Pires – Vogal

Adelaide Odete Santos Botelho Passos – Vogal